

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNDB
CURSO DE DIREITO

LUÍS FERNANDO CASTRO PINHEIRO

PRIMAVERA BRASILEIRA NA “ILHA REBELDE”: manifestações de junho de 2013
em São Luís

São Luís
2020

LUÍS FERNANDO CASTRO PINHEIRO

PRIMAVERA BRASILEIRA NA “ILHA REBELDE”: manifestações de junho de 2013
em São Luís

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Direito do Centro Universitário UNDB como requisito
parcial para obtenção parcial do grau de Bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Me. João Carlos Moura.

São Luís

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Centro Universitário - UNDB / Biblioteca

Pinheiro, Luís Fernando Castro

Primeira brasileira na ‘ilha rebelde’’: manifestações de junho de 2013 em São Luís. / Luís Fernando Castro Pinheiro. __ São Luís, 2020.

78 f.

Orientador: Prof. Me. João Carlos Cunha Moura

Monografia (Graduação em Direito) - Curso de Direito – Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

1.Criminalização. 2. Movimentos sociais. 3. Mídia. 4. Polícia Militar. I. Título.

CDU 343.2:329.73

“PRIMAVERA BRASILEIRA NA “ILHA REBELDE”: manifestações de junho de 2013
em São Luís

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNDB como requisito parcial para obtenção parcial do grau de Bacharel em Direito.

Aprovada em: 14/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. João Carlos Moura(Orientador)
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

Bruno da Silva Azevêdo (1º Avaliador)
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

Thales da Costa Lopes (2º Avaliador)
Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Ao meu irmão, Luís Felipe, por sempre me ajudar nas horas que mais necessito.

Ao meu amor, Cidalia Tugeiro, pela eterna paciência e vontade em me ajudar durante esta jornada.

Agradeço ainda, aos meus amigos David, Fernando e Haroldo, por ajudar a manter a sanidade durante o percurso acadêmico.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Em junho de 2013, o Brasil viveu uma onda de manifestações de rua, essas que marcaram a história recente do país. O trabalho se desdobrará através do método dialético no debate dos autores sobre pós-modernidade, direito e movimentos sociais, os episódios do período e os efeitos destes. Este trabalho tem por escopo analisar como se deram as principais manifestações em São Paulo e em seguida em São Luís, destacando também o processo de organização, ação e reação dos movimentos, da mídia e do legislativo. Tendo em mente todos os acontecimentos levando a um processo de criminalização advindo do etiquetamento de lideranças, jornalistas e até cidadãos que não participavam ativamente dos protestos. O presente trabalho ainda tem como objetivo a análise das principais manifestações da ilha de São Luís, como o movimento “Grito da Terra” (18.06.2013), “Vem Pra Rua São Luís” (19.06.2013), “Acorda Maranhão” (22.06.2013), “Movimento São Luís Acordou” (24.06.2013) e as manifestações do Itaqui-Bacanga (24.06.2013) destacando as articulações dos seus nascimentos, os membros, suas características, seus objetivos e a violência que foi recebida pelos órgãos de segurança e como estas foram narradas pela mídia oficial.

Palavras-chave: Criminalização. Jornadas de Junho. Mídia. Movimentos Sociais. Polícia Militar.

ABSTRACT

In June 2013, Brazil lived a wave of riots in several cities all over the country that marked its history until this day. This paper will unfold through the dialectical method in the authors' debate on postmodernity, law and social movements, the episodes of the period and the effects of these. This article has the angle to analyze how the first manifestations at São Paulo and São Luis following the organization process, action and movement response of media and legislative as well has a case of criminalization process coming from the tagging of leaders, journalists and even citizens who did not actively take part of the main protests. This paper still has as a goal to analysis of the main riots, such as the “Grito da Terra” (18.06.2013), “Vem Pra Rua São Luís” (19.06.2013), “Acorda Maranhão” (22.06.2013), “Movimento São Luís Acordou” (24.06.2013) e as manifestações do Itaqui-Bacanga (24.06.2013), always putting its members, thoughts, goals, in a way that media was against what they were building.

Keywords: Criminalization. Jornadas de Junho. Média. Social Movements. Military Police

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PÓS-MODERNIDADE: conceitos e contextualização.....	12
2.1 Pós-modernidade e direito	19
2.2 Manifestações em junho de 2013	22
2.2.1 O papel das mídias na criação e na propagação das manifestações de junho de 2013.....	27
3 OS TEMPOS ESTÃO MUDANDO: o gigante acordou.....	31
3.1 Movimento Passe Livre: a gênese do protesto.....	34
3.2 Segunda fase dos protestos	36
3.3 A violência policial	38
3.4 O poder legislativo durante as manifestações	42
4 MANIFESTAÇÕES NO MARANHÃO	46
4.1 Movimento “Grito da Terra”	48
4.2 Movimento “Vem Pra Rua São Luís”	48
4.2.1 Confronto com a Polícia Militar.....	54
4.3 Movimento “Acorda Maranhão”	55
4.4 Movimento “São Luís Acordou”	58
4.5 Movimento no Itaqui-Bacanga	62
5 CONCLUSÃO	65
REFERÊNCIA	68
ANEXO	71

1 INTRODUÇÃO

Diante de diversas transformações que ocorreram no novo século, as manifestações sociais aliadas às redes sociais trouxeram consigo infinitas possibilidades de mudanças. Observando essas mudanças com um olhar mais histórico e distante, é factível supor episódios que marcaram a história recente - as Jornadas de Junho de 2013.

O Brasil viveu no mês de junho de 2013 uma onda de protestos que foram iniciados em São Paulo, e se espalharam por várias cidades brasileiras, trazendo milhares de pessoas às ruas, registrando durante alguns dias, momentos únicos na história deste país. Mas o que desencadeou estes protestos, o que levou o povo a sair de suas casas e ir para as ruas?! Quais as suas reverberações e como os *Donos do Poder*¹ destilaram suas narrativas?!

Milhares de pessoas foram às ruas expressando o seu descontentamento com a política, economia, educação e corrupção no Brasil. Os efeitos reais se resumiram em muita violência física e simbólica, mudanças jurídicas, políticas e históricas, enquanto as expressões do *Establishment* foram denotadas de oportunismo, destiladas nas capas dos jornais. Estas expressões foram produzidas e reproduzidas, vistas e revistas por incontáveis meios de comunicação.

É necessário compreender que o Brasil assistiu uma avalanche de manifestações, interrompendo uma aparente ‘paz social’, sua origem remonta o fracasso por reformas democráticas, a enorme fragilidade das instituições e a necessidade de mudança sólida na forma de organização da sociedade e da economia.

Passeatas foram realizadas nas principais cidades do país, só em São Paulo - SP, segundo a estimativa do Brasil de Fato, foi contabilizado 250 mil pessoas no dia 17 de junho. Em outras capitais o número também foi vigoroso, segundo a Folha de São Paulo e a Revista Época número 2275, págs. 82 e 83 de 2013, em Manaus - AM foram contabilizados 60 mil pessoas no dia 20 de Junho, 30 mil em Aracaju - SE no mesmo dia e 15 mil em São Luís - MA no dia 19 de junho.

Em São Luís, todo o movimento visto na cidade, foi estrategicamente divulgado nas mídias sociais e, além disso, essas mídias serviram também para expor as pautas das manifestações, fotos, depoimentos de pessoas que eram a favor e contrárias ao movimento que sacudiu o Brasil e a “Ilha rebelde”.

No meio desses acontecimentos, surgiram inúmeros questionamentos - terá sido

¹Obra do historiador Raimundo Faoro que denota a formação do Patronato Político Brasileiro.

essa (s) revolta (s) algo espontâneo e genuíno, ou há nas redes de indignação e esperança uma explosão jamais vista na história do país? Dando respostas a estes questionamentos e observando através da criminologia crítica e sociologia jurídica atual, tenta-se entender um processo de etiquetamento desenvolvido nesse período desembocando no questionamento central desse trabalho: como se apresenta a criminalização dos movimentos sociais nas jornadas de junho de 2013?

Outros questionamentos devem ser feitos e merecem ser respondidos: como se deu o processo de definição e constituição da imagem dos manifestantes nesse período? Quais os efeitos da estimatização desse processo? Quais foram as principais manifestações na Ilha de São Luís e quais as suas motivações?

No que se refere a hipótese central, o processo de criminalização dos atos foi intensificado e a prisão de manifestantes ocorreu em maior número atingindo, inclusive, jornalistas e cidadãos que não participavam ativamente dos protestos.

As manifestações pegaram muita gente de surpresa, pois afinal de contas, num mundo totalmente mergulhado numa crise econômica, políticos corruptos, sem esperança pessoal e o vazio cultural que assolava a sociedade, os protestos acontecendo foi uma surpresa geral. Ninguém esperava. Subitamente, ditaduras podiam ser derrubadas pelas mãos desarmadas do povo, mesmo que essas mãos estivessem ensanguentadas pelo sacrifício dos que tomaram (CASTELLS, 2013).

Entretanto, a segurança pública e a mídia oficial não estava preparada para esse turbilhão de vontades e ideias resignificadas nas manifestações. O processo de definição e delimitação da imagem dos manifestantes juntamente com o significado das manifestações foram viciadas na tentativa de manter o *status quo*, pondo a sociedade civil contra os manifestantes e suas ideias.

Para a mídia tradicional, a primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou nas redes sociais, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação, transformou-se da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes (LIMA, 2013).

Poderíamos indicar, não apenas repressões físicas, mas uma violência que emerge na tentativa de criminalização de supostas lideranças do movimento, visto que existia uma

incapacidade do governo e das forças policiais em lidar com este tipo de cenário, teoricamente, não hierarquizado (BONFIGLI, 2017).

Os conflitos entre grupos de manifestantes ocorriam, porque o sentido mais profundo de suas opções políticas produzia contradições, conforme foi interpretado por um dos grupos: no movimento, havia os mais radicais e libertários, os partidários, os apartidários democráticos e os antipartidários, compreendendo o leque que vai dos fascistas aos anarquistas, com a diferença que não se assemelham em nada (SHERER-WARREN, 2014, p. 425).

Enquanto ao processo de estigmatização do processo, o sociólogo Erving Goffman destaca que os gregos criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava (GOFFAMAN, 2004).

No caso em questão esses “sinais corporais” foram atribuídos insesantemente pela mídia tradicional e instituições de segurança pública, tentando tornar os manifestantes em uma “espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade” (GOFFAMAN, 2004).

Este tipo de estigmatização tenta representar nos manifestantes defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. Nesse ponto, deve-se compreender a teoria do etiquetamento, também conhecida como “*labelling approach*”. Bem defendida por Becker em seu livro “*Outsiders*”, ela é enquadrada como a “desviação”, ou seja, uma qualidade atribuída por processos de interação altamente seletivos e discriminatórios. Nesta teoria denota-se que o processo de criminalização, usa os critérios utilizados pelo sistema penal no exercício do controle social para definir o desviado como tal.

Para Baratta, “o efeito etiquetamento exalta o momento da criminalização” (BARATTA, 2002). No momento que as manifestações são vistas como algo a ser extirpado, o manifestante não é mais considerado uma pessoa normal, este será visto como fonte de caos e perigo, necessitando ser neutralizado. Nesse sentido, o efeito dessa neutralização é a violência, seja ela física ou simbólica².

O objetivo geral é analisar as Jornadas de Junho, identificando sua atuação na

² “Violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com a frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la”. Este processo de rotulação dos indivíduos pelos meios de comunicação é colocado como uma das manifestações mais cruéis da violência simbólica. - BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão: A influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p. 22.

cidade de São Luís em junho de 2013 e seus efeitos na ilha de São Luís. Os específicos é ponderar sobre o discurso dos movimentos sociais contemporâneos e sua identidade pós-modernidade; compreender como os movimentos foram assistidos pela mídia, identificando o discurso e as suas transformações e finalmente analisar as singularidades do movimento na ilha de São Luís.

A realização desta pesquisa, justificou-se pela necessidade de compreensão do caráter das jornadas de junho no país, e mais especificamente em São Luís. Avaliando também a relevância das mídias sociais para o desenrolar dos protestos na capital do Maranhão, em como este conjunto de movimentos fez refletir um total despreparo das forças de segurança.

Faz-se necessário a compreensão de práticas autoritárias que se ligam à criminalização de movimentos sociais, consolidadas pelas forças policiais, esta como um signo de instituição de violência. É imperativo que se entenda os discursos, distinção de fatos, motivos que levaram incontáveis manifestantes a saírem de suas casas para irem às ruas.

Compreender como se constrói e desenvolve o processo de estigmatização das manifestações pela mídia tradicional que se faz imprescindível como mecanismo catalizador da violência e como esta pode ser utilizada como ferramenta política, tornando todas as manifestações como mero pano de fundo ideológico.

De uma maneira geral, o trabalho se justifica através dos questionamentos a respeito das manifestações e da mídia local juntamente com o ignóbil despreparo da polícia. Os primeiros grandes protestos do século XXI têm grande importância para o campo do Direito.

A monografia trabalhará com pesquisa bibliográfica, que se tornará base para o método dialético no debate dos autores sobre pós-modernidade, direito e movimentos sociais, os episódios do período e os efeitos destes.

O trabalho desenvolve-se em quatro partes: sendo que na primeira, se trata dos movimentos sociais contemporâneos, relacionados com o homem pós-moderno, suas perspectivas, identidade e transformação.

No capítulo seguinte explana-se as circunstâncias daquele junho de 2013, como fora articulado o Movimento Passe Livre e suas características. A visão que esse mesmo movimento fora assistido pela mídia, identificando o discurso e as suas transformações. Destacando ainda as diversas fases do protesto e a violência policial que foi marcante no período. No final do capítulo, destaca-se o efeito dessas manifestações no poder legislativo,

como este se articulou e reagiu diante das manifestações. E também sobre como a atuação policial ao longo das manifestações, seja ela em São Paulo ou São Luís, foi coberta pelo etiquetamento dos manifestantes, como tática para violação de direitos.

A seguir trata-se sobre a chegada nas manifestações na cidade de São Luís, com o movimento “Grito da Terra” do dia 18 de junho de 2013, sobre os episódios “Vem Pra Rua São Luís” do dia 19 de Junho, o “Acorda Maranhão” do dia 22 de junho de 2013, juntamente com o “Movimento São Luís Acordou” do dia 24 de junho e finalmente com as manifestações do Itaqui-Bacanga no mesmo dia. Destacando-se as articulações dos seus nascimentos, os membros, suas características, seus objetivos e a violência que foi recebida pelos órgãos de segurança.

Contudo, a atuação policial ao longo desse período foi marcada pela tentativa de etiquetamento de lideranças para em seguida criminalizá-las, assim como pelo uso da força de maneira indiscriminada, violando diversos direitos dos que ali estavam presentes, em especial a integridade física dos manifestantes e o próprio direito constitucional à manifestação. E finalmente a conclusão denotando neste as hipóteses dissertadas anteriormente.

2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A PÓS-MODERNIDADE: conceitos e contextualização

“Todos os homens reconhecem o direito de revolução, isso é, o direito de recusar lealdade ao governo, e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis”.
(THOREAU)

Os movimentos sociais se dão de várias formas e concepções, a socióloga Alonso (2009) defende a necessidade de mobilização, um processo pelo qual um grupo cria solidariedade e adquire controle coletivo sobre os recursos necessários para sua ação. Juntamente com este fator é imperativa uma necessidade política. Os movimentos sociais em uma visão histórica representam reivindicações de direitos ou exposição de opiniões que surgiram a partir da necessidade humana ou desejo de mudança em aspectos gerais da comunidade.

Segundo Daniel Camacho (1987) em Movimentos Sociais, algumas discussões conceituais, diagnosticada a partir de Landinelli o ímpeto destes movimentos:

Consideramos os movimentos sociais como uma dinâmica gerada pela sociedade civil, que se orienta para a defesa de interesses específicos. Sua ação se dirige para o questionamento, seja de modo fragmentário ou absoluto, das estruturas de dominação prevaletentes, e sua vontade implícita é transformar parcial ou totalmente as condições de crescimento social (Landinelli). Os movimentos sociais não têm que ser necessariamente organizados. Esta característica é muito importante, porque às vezes se confunde uma ou outra organização consiste numa mediação. (CAMACHO, 1987, ps. 216-217).

Segundo o autor, movimentos sociais tem duas grandes manifestações: por um lado, aqueles que expressam os interesses dos grupos hegemônicos, e, por outro lado, os que expressam os interesses dos grupos populares. Os de segundo tipo são conhecidos como movimentos populares. Esta é a diferença entre movimento social e movimento popular.

Camacho discute que para se compreender o movimento popular é preciso entender a sociedade civil e a sociedade política:

Na sociedade civil, os mesmos homens e estruturas interagem de modo não-coativo e as relações entre os diversos setores da sociedade tendem à hegemonia e ao consenso. Na sociedade política, as contradições se resolvem por decreto ou leis de acatamento obrigatório ou, em última instância, sob coerção pública. (...) Os movimentos sociais são de forma idônea das expressões das tensões internas da

sociedade civil. No entanto, o objetivo dos movimentos sociais é a sociedade política. (CAMACHO, 1987, p. 219).

Ou seja, o maior triunfo de um movimento social é lograr, em seu benefício, uma modificação no âmbito do Estado. Maria da Gloria Gohn (2011) vai mais além, ela avalia as bases dos movimentos sociais, identificando suas fontes e discutindo novos prismas, uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais:

São fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes, deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo. (GOHN, 2011, p. 333).

Gohn analisa o caráter educativo dos movimentos sociais, que ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações (GOHN, 2011). A conexão das duas balizas tem se constituído em “novidade” em algumas áreas, como na própria educação – causando reações de júbilo pelo reconhecimento em alguns, ou espanto e estranhamento nas visões ainda conservadoras de outros. Os movimentos se encaram como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas da população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011).

De acordo com Gohn os movimentos sociais são analisados pela óptica atual e como estes são planejados e fundamentados:

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. [...]. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. [...]. Por isso, exercitam o que Habermas denominou de o agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes, na atualidade, são também produtos dessa comunicabilidade. (GOHN, 2011, p. 336).

Nos movimentos vistos a seguir, foram marcadas as lideranças horizontais, autonomistas em movimentos difusos e multiculturais. Daniel Camacho (1987) através da voz de Garcia e Palermo observa as características de movimentos que carecem de estrutura organizativa:

Quando um movimento carece de estrutura organizativa, ou esta é apenas incipiente, prevalece em seus participantes “uma forte integração psicológica de solidariedade e homogeneidade, características da participação em movimentos, em contraste com a política institucional, e onde os aspectos decisórios ocupam lugar secundário, imperando modalidade não orientadas utilitariamente, em termos de cargos ou poder” (Garcia e Palermo). Este é um fator de fortalecimento do movimento, porque permite uma maior flexibilidade no estilo de participação, podendo assegurar ampla audiência. (CAMACHO, 1987, p. 231).

Esse fator de fortalecimento impulsionou as manifestações em todo país. Antes de adentrar no tópico sobre as características das jornadas de junho, é imperativo que se compreenda a tipologia dos movimentos sociais.

Ao diagnosticar sobre os diversos tipos de tipologia, Camacho discute inúmeras tipologias, como as classistas, pluriclassistas, movimentos tradicionais e novos movimentos sociais. No trabalho em questão, a tipologia abraçará a cronológica (movimentos tradicionais e novos movimentos sociais), juntamente com os novíssimos movimentos sociais do arcabouço de Saulo Carvalho (2014).

Camacho discute que existem diferenças entre os movimentos tradicionais e os novos movimentos, os tradicionais se limitam aos grupos classistas e pluriclassistas, ou seja, embate direta de classes sociais:

O que distingue os movimentos tradicionais dos chamados “novos” movimentos. Essa última denominação se refere à circunstância de que apareceram, nos últimos anos da sociedade civil, atores que anteriormente não se manifestavam. Em todos os casos, os novos movimentos sociais são pluriclassistas e, na maioria, são do povo, seja por extração social, ou pelo tipo de reivindicação. Entre os novos movimentos estão os feministas, ecológicos, pacifistas, religiosos-populares e as chamadas organizações de base. (CAMACHO, 1987, p. 237).

Salo de Carvalho (2014) discute que o advento da internet e o surgimento da sociedade informacional, juntamente com a informação produzida e reproduzida em um ambiente virtual, demonstra o nascimento dos “novíssimos” movimentos sociais.

Esses “novíssimos” movimentos sociais, são absolutamente autônomos aos partidos políticos, sindicatos e sequer possuem uma liderança formalmente eleita. Há, além disso, nos “novíssimos” movimentos sociais a existência de pautas múltiplas (CARVALHO, 2013).

Na atualidade, esses movimentos sociais apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas pelo autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão e por novas culturas de políticas públicas inclusivas (GOHN, 2011). Lutam também pelo

reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos.

Existem nesses movimentos uma ressignificação dos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade (GOHN, 2011). A igualdade tem uma ressignificação com a tematização da justiça social; a fraternidade se retrata em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia, da constituição do sujeito, não individual, mais autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania (GOHN, 2011). E “todos os homens reconhecem o direito de revolução, isso é, o direito de recusar lealdade ao governo, e opor-lhe resistência, quando sua tirania ou sua ineficiência tornam-se insuportáveis”.

Todas essas tipologias são frutos de um gene comum, a desobediência civil, que, dissecada como uma postura do indivíduo. Como discute Henry Thoreau:

Dessa forma, a desobediência civil pode ser compreendida enquanto uma postura do indivíduo, inserido na coletividade, para com o Estado, em um verdadeiro ato de irrisignação e recusa em obedecer às determinações daquele que detém o poder. Com isso, na esteira do que foi talhado, é possível vislumbrar a relação existente entre esse instituto da desobediência civil com os movimentos sociais, sobretudo de ocupação do espaço público em face às decisões dos governantes. (THOREAU, 2014, p. 29).

Para Salo de Carvalho (2003), a desobediência civil e a objeção de consciência constituem espécies do gênero direito de resistência. Por isso, “são resistentes as condutas, violentas ou pacíficas, que contestam determinada ordem constituída com intuito de transgredi-la, seja para estabelecer nova prática política seja para reestruturar pretérita”.

Essa ocupação de espaços públicos foram estratégias utilizadas pelos manifestantes no período. Entretanto apenas a ocupação não é suficiente, como indica Gohn:

A óptica dos direitos possibilita-nos a construção de uma agenda de investigação que gera sinergia, não compaixão, que resulta em políticas emancipadoras, não compensatórias. Fora da óptica da universalidade dos direitos, caímos nas políticas focalizadas, meras justificativas para políticas que promovem uma modernização conservadora. A óptica dos direitos como ponto de partida poderá fazer-nos entender as mudanças sociais em curso. (GOHN, 2011, p. 347).

Como esclarece Evangelista:

Como o próprio termo sugere, o pensamento pós-moderno se afirmaria como expressão intelectual de uma nova ordem societária que se está formando em contraposição à modernidade em crise. O pensamento pós-moderno seria a

expressão teórica e cultural de uma nova situação sócio histórica: a condição pós-moderna. (EVANGELISTA, ps. 75-76).

Mas o que é a pós-modernidade? No conceito de Bauman (2003) discute que a pós-modernidade é esse desencantamento em relação à ideia de um futuro garantido, certo, promovido pelas leis da história, necessariamente melhor, redentor. Ela [a pós-modernidade] é a construção de um presente possível. A pós-modernidade é a modernidade sem ilusões:

Diferentemente da sociedade moderna anterior, a que eu chamo de modernidade sólida, que também estava sempre a desmontar a realidade herdada, a de agora não o faz com uma perspectiva de longa duração, com a intenção de torná-la melhor e novamente sólida. Tudo está agora sempre a ser permanentemente desmontado, mas sem perspectiva de nenhuma permanência. (BAUMAN, 2003).

Para Harvey (2008) o que há de mais problemático na pós-modernidade são os pressupostos psicológicos deixados por ela. Seus pressupostos psicológicos quanto à personalidade, à motivação e ao comportamento. A preocupação com a fragmentação e instabilidade da linguagem e dos discursos levam diretamente, por exemplo, a certa concepção da personalidade.

Fredrick Jameson (1984) explora esse tema com um efeito bem revelador. Ele usa a descrição de Lacan da esquizofrenia como desordem linguística, como uma ruptura na cadeia significativa de sentido que cria uma frase simples.³ Quando essa cadeia se rompe, "tem-se esquizofrenia na forma de um agregado de significantes distintos e não relacionados entre si". Se a identidade pessoal é forjada por meio de "certa unificação temporal do passado e do futuro com o presente que tenho diante de mim", e se as frases seguem a mesma trajetória, a incapacidade de unificar passado, presente e futuro na frase assinala uma incapacidade semelhante de "unificar o passado, o presente e o futuro da própria experiência biográfica ou vida psíquica".⁴ Isso de fato se enquadra na preocupação pós-moderna como significante, e não com o significado, com a participação, a performance e o happening, em vez de com um objeto de arte acabado e autoritário, antes com as aparências superficiais do que com as raízes.

O efeito desse colapso da cadeia significativa é reduzir a experiência a uma série de presentes puros e não relacionados no tempo. Sem oferecer uma contrapartida, a concepção de linguagem de Derrida produz um efeito esquizofrênico, explicando assim,

³ (HARVEY, 2008).

⁴ (HARVEY, 2008).

talvez, a caracterização que Eagleton e Hassan dão ao artefato pós-moderno típico, considerando-o esquizoide (HARVEY, 2008).

Deleuze e Guattari (1984, p. 245), em sua exposição supostamente travessa, *Anti-Édipo*, apresentam a hipótese de um relacionamento entre esquizofrenia e capitalismo que prevalece "no nível mais profundo de uma mesma economia, de um mesmo processo de produção", concluindo que "a nossa sociedade produz esquizofrênicos da mesma maneira como produz o xampu Prell ou os carros Ford, com a única diferença de que os esquizofrênicos não são vendáveis" (HARVEY, 2008).

Esquizofrenia muito parecida com a confusão social das sombras das maiorias silenciosas dissertada pelo filósofo da hipermodernidade Baudrillard: todo o confuso amontoado do social se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada: as massas. Bola de cristal das estatísticas, elas são "atravessadas por correntes e fluxos", à semelhança da matéria e dos elementos naturais. Pelo menos é assim que elas nos são representadas (BAUDRILLARD, 2004).

Elas podem ser "magnetizadas", o social as rodeia como uma eletricidade estática, mas a maior parte do tempo se comportam precisamente como "massa", o que quer dizer que elas absorvem toda a eletricidade do social e do político e as neutralizam, sem retorno. (BAUDRILLARD, 2004).

Não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras do sentido em geral. Tudo as atravessa tudo as magnetiza, mas nelas se dilui sem deixar traços. E na realidade o apelo às massas sempre ficou sem resposta. Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações periféricas do Estado, da história, da cultura, do sentido. Elas são a inércia, a força da inércia, a força do neutro (BAUDRILLARD, 2004).

Já Michel Maffesoli (2014) anuncia "o tripé pós-moderno é criação, razão sensível e progressividade"; o indivíduo pós-moderno não se define por seu status social ou profissional, seu nível econômico e de formação, mas essencialmente por sua relação com o outro. É este relacionamento que constitui a característica essencial do *homo erectus*: eu vivo e sinto pelo e graças ao outro, afirma o sociólogo.

O francês discute que o ponto nodal da pós-modernidade na sinergia do arcaísmo e nostalgia do 'nós', como dito:

Penso que aí se acha o ponto nodal da pós-modernidade: a sinergia do arcaísmo, essencialmente a nostalgia do 'nós', com a tecnologia. Diante dessa onda violenta que tudo arrasta ao passar, a independência, a personalidade e a crítica ao indivíduo

não fazem mais sentido, mas cedem lugar à interdependência, ao mimetismo e à aceitação do que é (MAFFESOLI, 1997, p. 205).

Maffesoli interpreta as manifestações de 2013 como uma ilustração de um *net-ativismo*, ou seja, uma aliança entre as paixões e o desenvolvimento tecnológico, “expressão imediata das emoções”, a comunhão de sentimentos e de afetos são lançados pelo uso das redes sociais. A internet, por exemplo, é uma mídia adaptada à época relativista e relacionista, presenteista e hedonista. Como é bem dito por Lévy (2009) “A emergência do ciberespaço acompanha, traduz e favorece uma evolução geral da civilização”.

Para Gilles Lipovetsky (2011), a pós-modernidade não existe, vivemos em uma modernidade potencializada, em suas palavras, a chamada “hipermodernidade”. É impossível pensar o que seria pós-moderno. Pode-se imaginar um sistema futuro que poderá conciliar os imperativos da Economia com os da Ecologia, por exemplo, mas isso não seria pós-moderno, mas sim outra face da modernidade, explica” (LIPOVETSKY, 2011). A hipermodernidade é a afirmação e prevalência de maneira incontestável e praticamente universal dos valores modernos (democracia, liberdade individual, livre mercado, entre outros).

O cientista social Marco Aurélio Nogueira em uma análise feita sobre as Jornadas de Junho⁵ e suas reverberações políticas a partir da óptica de Lipovetsky e Gramsci, detalha a modernidade e seus problemas:

Os problemas da modernidade radicalizada agudizam-se ainda mais na hipermodernidade periférica. Fica mais difícil, por exemplo, vislumbrar uma opinião pública e descobrir por que caminhos e processos se formam as correntes de ideias que regularmente incidem sobre a vida pública. Do mesmo modo, essas correntes não parecem mais se caracterizar pela estabilidade, mas sim pela flutuação, pela oscilação, pela mudança muitas vezes repentina de direção, fato que parece converter o cidadão contemporâneo em uma figura dificilmente previsível ou conhecida de modo antecipado. (NOGUEIRA, 2013, p. 187).

Esse tipo de oscilação e mudanças provocadas pelo tempo, transforma também a política que era feita de maneira analógica, onde se conversava com um pequeno número de pessoas, familiares e amigos. As praças públicas eram locais de se fazer política, reclamar, socializar; os jornais por assinatura, a TV com poucos canais e a informação limitada, facilitava ainda mais o funil de ‘verdades’ transmitidas, de forma unilateral, sem que o receptor pudesse dialogar com o transmissor da informação, era uma época onde a

⁵ Jornadas de Junho: grande manifestação de cunho político-social, ocorrida em várias cidades brasileiras, que teve nas redes sociais, um grande aliado na divulgação e organização das passeatas que foram feitas, protestando a princípio contra o aumento da passagem do transporte público e depois, os mais variados motivos de descontentamento da população, também entraram nas manifestações de junho de 2013.

manipulação era bem mais intensa. Neste sentido, verifica-se uma época de transição, Boaventura de Souza Santos, está-se chama esse momento de transição paradigmática: “é um longo processo caracterizado por uma suspensão ‘anormal’ das determinações sociais que dá origem a novos perigos, riscos e inseguranças, mas que também aumenta as oportunidades para a inovação, a criatividade e a opção moral” (SANTOS, 2001).

Essa transição foi catabolizada pela tecnologia, entretanto, esta deixou tudo mais rápido e superficial, um modo de vida em que cliques de menus coloridos decidem o que comprar, assistir e ler. A política que advém da tradição secular tende a se tornar simples e passageira, instantânea e superficial, ou, pelo menos na forma de se fazer política.

Este formato ‘analógico’ já não cabe mais em um mundo hipermoderno, hedônico e passageiro, o verbo é de uma eloquência assustadora. Transformar essa política em uma política digital não é uma tarefa simples de se fazer, visto que, é necessário deletar vários princípios democráticos, sendo um caminho longo, até que seja possível encontrar uma nova forma de se fazer política. Comportamento apresentado por Jair Ferreira dos Santos em sua obra já clássica “o que é pós-moderno”:

Sem identidade, hierarquias no chão, estilos misturados, a pós-modernidade é isto e aquilo, num presente aberto pelo e. A tecnociência avança, maravilhosa, programando tudo, mas sem rumo. O sujeito blip, sem perseguir uma identidade única, harmoniosa, vive a vida justapondo lado a lado suas vivências: e, e, e, e. Vivências pequenas, fragmentárias, porque não se crê mais em totalidades ou valores maiúsculos tipo Céu, Pátria, Revolução, Trabalho, mas se prestigia a prática na micrologia do cotidiano. Assim posto, enfim, o pós-modernismo continua a flutuar no indecível. Não há como decidir. Fim do moderno e começo do pós-moderno. É demônio terminal e anjo anunciador. Na condição pós-moderna, como já se disse, a vida não é um problema a ser resolvido, mas experiências em série para se fazer. (SANTOS, 2004, p. 111).

Santos disserta que este “indivíduo atual é sincrético, isto é, sua natureza confusa, indefinida, plural, feita com retalhos que não se fundem num todo”, assim, tudo que gravita ao redor dessa condição está sujeita a modificação. No direito, é preciso compreender as análises e reverberações deste momento histórico nas instituições jurídicas e como os juristas analisam este novo contexto.

2.1 Pós-modernidade e direito

Bittar (2008) discute que a pós-modernidade muitas vezes é vista como fase histórica responsável por modificações e alterações imprevisíveis no contexto das relações humanas e, por consequência, no contexto das relações sociojurídicas.

Macedo (2014) discute que a pós-modernidade pode ser associada a tudo quanto quebra a noção de certeza, verdade e fechamento do sistema jurídico, aventada pelo constitucionalismo contemporâneo que se busca expor, o qual apresenta um viés de abertura valorativa ao direito, confiando das possibilidades de absorção de valores como igualdade material e justiça, livres das amarras da segurança jurídica, importantes pois responsáveis num contexto de responsabilidade social, ao valor da dignidade da pessoa humana.

Ricardo Dip (2019) ao analisar a pós-modernidade e as suas consequências no sistema jurídico, esta condição tende:

A hipertrofia legislativa, a perda da clareza e simplicidade das leis – com o efeito da trivialização das regras –, o sincretismo ius-funcional de ideologias difusamente libertárias, o agnosticismo e o situacionismo jurídicos, a demolição da jurisprudência em seu papel de doutrina firme, a omissão estatal em questões jurídicas relevantes, a irrazoável redução de prazos prescricionais e a tendência, até mesmo, de abolir hipóteses de prescrição, a extensão de elementos normativos do tipo penal, com o espelhismo das infrações administrativas, as investidas contra a independência profissional dos juristas. (DIP, 2019, p. 160).

Macedo (2014) alude que a pós-modernidade retira um pouco a segurança ao derrubar a ideia de certeza e de verdade, por outro lado, isso é salutar para se enfrentar a incompletude do direito.

Dip (2019) disserta que se vive em uma crise do princípio da legalidade; a incerteza das normas, com o arbitrário de suas mudanças, desvaloriza a firmeza da jurisprudência dos tribunais; tudo contribui a solavancar ou até a abolir a segurança de orientação.

Eduardo Bittar sustenta que essa legalidade:

Deixa de ser princípio de efetividade do Estado Democrático de Direito e passa a ser medida de contenção ideológica das mazelas formais do sistema jurídico. Trata-se de expediente ideológico porque mantém a estrutura social intacta, ou seja, não intervém de fato na realidade histórica e concreta na qual se encontram os agentes sociais, construindo-se apenas no sentido de sustentar a justificativa do sistema. (BITTAR, 2008, p. 145).

Dip baseia-se na ideia que a ausência de legalidade gera uma crise pós-moderna da segurança jurídica:

Pois, exibe ainda os sintomas de sua antecessora e, a seu exemplo, é crise tanto da seguridade quanto da juridicidade. Crise específica de seguridade, avistável, já com a só emblemática referência a uns poucos exemplos, com o menor apreço ao direito adquirido e à coisa julgada (cuja a relativização é a pauta dos tempos que correm), o detrimento da privacidade, a fundamentalização de direitos do Estado, o excesso

principiológico – resultado em um “principalismo judicial”, a que não falta exemplo de superação factual por meio de uma pretoriana “regulação principiológica” --, a frustração da garantia da legitimação registral, as sucessivas mudanças nos regimes jurídicos (bastaria pensar na frequente instabilidade dos regimes previdenciários). Crise específicas de juridicidade, sobretudo com o agnosticismo jurídico e o tendencial translado consequente do direito para a órbita do predominante interesse de uma (poética) soberania popular. (DIP, 2019, ps. 163-164).

O jurista observa que essa falta de seguridade atinge frontalmente o direito e os juristas. Pôs-se em crise a ideia do justo, o sentido da analogia do “direito” e a hierarquia de seus significados, porque a cultura pós-moderna perdeu a noção do fim do direito e, desprezando a tradição e o senso comum, a ideia do fim do homem. Esta crise afeta também os fatores reais do poder, lembra-se aqui o conceito do constitucionalista Ferdinand Lassale (2011): “Os fatores reais de poder que governam no seio de cada sociedade são esta força ativa e eficaz que informa todas as leis e instituições jurídicas da sociedade em questão, fazendo com que não possam ser, em essência, mais do que são (...) a soma dos fatores reais que regem uma nação”. Nesse sentido, viciando os fatores reais do poder, fragilizando as instituições jurídicas e a constituição. Assim, Ricardo Dip observa que a pós-modernidade transforma e modifica o direito, assim como o direito através das instituições jurídicas transforma a condição pós-moderna.

Bittar narra que essa crise, em seus diversos aspectos, tem sido a geradora de um estado de alta combustão social, pois as sociopatias se multiplicam sem solução material ou formal e inclusive à revelia do Estado.

O autor comenta ainda que os desvios sentidos e vividos ao longo deste processo são:

Causa de novos conflitos, que se renovam e multiplicam em novas perspectivas, em grau mais acelerado e complexo que a própria velocidade e capacidade do Estado de Direito de administrá-los. Lançando as bases de um debate sobre a qualidade do direito que se quer, em face do direito que se tem, o artigo apresenta a sua utilidade para toda tentativa de recomeçar, no interior da cultura do direito, a partir de novas bases. (BITTAR, 2008, ps. 147-148).

É nesse casuístico paradigma que se é apresentada as manifestações de 2013, entrelaçadas em instituições frágeis e uma surpreendente vontade de ser protagonista de sua própria história, nesse invólucro se apresentou a primavera brasileira de 2013.

2.2 Manifestações em junho de 2013

Desde os primórdios da história da humanidade, em que o homem passou a viver em sociedade organizada, que as pessoas se unem por um objetivo comum: essa união recebe o nome de manifestação, podendo ela ser pacífica ou não. Manifestação nada mais é que tornar público a vontade de uma maioria sobre determinado assunto de interesse geral, ou seja, é expressar publicamente o que um grupo maior dentro da sociedade almeja ter ou conseguir dentro dos objetivos propostos para o desenvolvimento daquela sociedade.

Grandes e marcantes manifestações fazem parte do relato histórico do homem por todo o mundo. No Brasil não é diferente. Não é preciso voltar muito no tempo, a fim de se relatar manifestações públicas no país, como por exemplo, no final da ditadura militar, com as Diretas Já, em que o povo exigia, o direito de escolher o presidente do Brasil, fato que só foi possível em 1989, quando foi eleito pelo voto popular, o Presidente da República, Fernando Collor de Melo.

Coincidência ou não, algum tempo depois, mais precisamente em 1992, outra grande manifestação marcou o país – “Movimento pró impeachment de Fernando Collor”, popularmente conhecido como o “Movimento dos Caras Pintadas”.⁶ Mas o que será que os manifestos de junho de 2013 têm de diferente dessas outras duas manifestações descritas acima?

Deve-se citar dois pontos, segundo Pimenta (2016, p. 16) que diferenciam as manifestações de junho de 2013 das outras duas do século XX citadas acima:

Ponto 1 – as manifestações de junho de 2013 foram organizadas, articuladas nas redes sociais, elas serviam, além de divulgação dos dias, horários, motivos dos protestos, servia também para convocar o povo para saírem as ruas, a fim de participarem dos protestos também;

Ponto 2 – os idealizadores afirmam que esses movimentos eram apartidários, não possuíam cunho de direita nem de esquerda.

A “Primavera Brasileira”, foi o nome dado pelo historiador Borralho⁷ (2018) para as jornadas de junho e julho de 2013 no Brasil, decorrentes da revolta popular contra o aumento das passagens de ônibus, primeiramente, iniciaram em São Paulo e depois, as

⁶ Movimento que tinha a frente estudantes, que saíam as ruas de todo o país, com suas caras pintadas com as cores da bandeira brasileira, pedindo que o presidente Collor fosse deposto de seu cargo, devido as conclusões das investigações das denúncias de corrupção feitas pelo seu irmão.

⁷ José Henrique de Paula Borralho – Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão e Coordenador do Núcleo de Estudos de Historiografia e Linguagens (Nehislin).

manifestações se espalharam por várias cidades brasileiras, capitais e interiores. (BORRALHO, 2018, p. 5).

Exatamente quando os índices sociais melhoraram, a estabilidade econômica se fixou, realizou-se dois grandes eventos internacionais: Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, que eclodiu país afora uma onda, uma “Primavera Brasileira” (Borrvalho, 2018, p. 5) contra o aumento das passagens de ônibus, contra os gastos com os eventos futebolísticos, sucateamento da saúde, desvio de verbas destinadas a educação, agricultura, infraestrutura e outros fins voltados para o bem do cidadão brasileiro, e o aumento considerado da corrupção. E o estopim foi exatamente a violência e a truculência da polícia militar de São Paulo que feriu manifestantes durante o primeiro protesto contra o aumento das passagens.⁸

Os manifestantes iniciaram seus protestos contra a gestão de Fernando Haddad⁹, então prefeito de São Paulo, do Partido Trabalhista - PT, pelo aumento das passagens de ônibus, mesmo que esse aumento tenha ocorrido na época de seu antecessor, o ex-prefeito Kassab, chegando a R\$ 3,00.

As manifestações espalharam-se pelo país com frases como: “nenhum partido me representa”, “a saúde é mais importante que o Neymar”¹⁰, dentre outras. O que começou contra o aumento das passagens, amplificou-se contra a precarização da saúde, habitação, contra a corrupção, oligarquias e toda sorte de descontentamento. Os contínuos conflitos entre policiais militares e manifestantes tornaram-se um capítulo constante de derramamento de sangue.

A internet ocupou um papel importante nesse processo, tal como na “Primavera Árabe”¹¹. No mundo árabe ela foi usada para reverberar mundo afora a ditadura de seus governos, no Brasil, para divulgação de toda ordem de corrupção, desvio de verbas, gastos desnecessários do dinheiro público, nepotismo, dentre outras coisas (BORRALHO, 2018, p. 5).

⁸ As manifestações ocorreram nos dias 6, 7 e 11 de junho. No dia 13 de junho, em vários lugares do país, ocorreram manifestações contra o aumento das passagens.

⁹ Eleito em 2012.

¹⁰ Neymar da Silva Santos Jr. jogador de futebol revelado pelo Santos Futebol Clube, o mesmo de Pelé. Jogou no Barcelona, e atualmente joga no Paris Saint-Germain.

¹¹ Primavera Árabe é o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe (Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmen e Barein) que eclodiu em 2011. A raiz dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia. A população sofre com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos e pede melhores condições de vida.

E como estas manifestações foram articuladas, quem as organizou? O *Facebook* foi a ferramenta de circulação de ideias e notícias sem controle de seu conteúdo por parte de governos, a não ser a censura de vinculação pornográfica. Através desta ferramenta, líderes se apresentaram, convidaram e apresentaram propostas, os motivos pelos quais deveriam sair às ruas e reivindicar. O *Facebook* acabou se tornando também um veículo de divulgação das notícias e ideias políticas para além da grande mídia articulada aos governos.

Diante desse quadro de revoltas, violência e atos públicos pelo país, que Borralho analisa a situação:

À medida que a escolarização aumentou¹², a universalização do saber e conhecimento, o acesso a equipamentos e utensílios eletrônicos aumentou também o grau de conscientização e mobilização, logo, a contestação com os gastos da Copa do Mundo tornou-se prementes, sendo a mais cara da história.¹³ (BORRALHO, 2018, p. 8).

¹² Aumenta o número de alunos de 6 a 14 anos matriculados em escolas em todas as regiões do país, mas a taxa de analfabetismo se mantém estável, em 9,2%. O problema está concentrado na população mais velha: 12,4% de brasileiros acima de 25 anos não sabem ler. Os dados são da PNAD 2008. OPNAD 2008 constatou que a taxa de escolarização cresceu de 97% em 2007 para 97,5% em 2008 entre alunos de 6 a 14 anos, e de 82,1% para 84,1% na faixa de 15 a 17, repetindo uma tendência de avanço da escolaridade entre os mais jovens. No entanto, a pesquisa apresenta um cenário contraditório. Em números absolutos, caiu a quantidade de estudantes na faixa mais jovem, de 30,2 milhões para 29,7 milhões. A amostra estimou também o indicador aproximado de analfabetismo funcional no Brasil, uma taxa elevada, de 21% das pessoas acima de 15 anos. Em 2007, essa taxa foi de 21,8%. Analfabetismo cultural, pelos critérios da UNESCO, é a definição usada para as pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever, não são capazes de entender e reproduzir o que leram. Pela PNAD, são considerados analfabetos funcionais indivíduos acima de 15 anos com menos de quatro anos de estudo. OIBGE aponta ainda que o aumento na proporção de matriculados com queda no número absoluto pode ser explicado pelo envelhecimento da população. Apesar do crescimento proporcional, no ano passado, 762 mil jovens dessa faixa não estavam na escola. No ano anterior, eram 930 mil. No grupo etário seguinte, houve crescimento até nominal: de 8,358 milhões de jovens para 8,655 milhões, na idade do ensino médio. Também aumentou a taxa de escolarização das crianças de 4 e 5 anos, de 70,1% em 2007 para 72,8% em 2008. Em números absolutos, mais 73 mil crianças dessa faixa entraram na escola no período, indo de 4,124 milhões para 4,197 milhões de estudantes. Nas demais faixas etárias, houve queda. Disponível em: <http://www.anj.org.br/pje/escolarizacao-sobre-para-975-e-taxa-de-analfabetismo-se-mantem-estavel-em-92>. Citado por Borralho (2018).

¹³ A Copa do Mundo de 2014 no Brasil será a mais cara da história, com gastos da ordem de 40 bilhões de dólares (cerca de R\$ 62 bilhões), segundo levantamento da Consultoria legislativa do Senado. Os números foram considerados sem “nenhum fundamento” pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, nesta quarta-feira. “O nosso país, dono de vários recordes no futebol mundial, já tem mais um: o da Copa mais cara de todos os tempos”, afirmou o consultor legislativo do Senado para as áreas de Turismo e Esporte, Alexandre Guimarães, em artigo. Nesta conta estão incluídos: 33 bilhões de reais anunciados pela presidente Dilma Rousseff para obras de infraestrutura da Copa — incluindo segurança e saúde —, 7 bilhões de reais que devem ser gastos em estádios pelo setor público e os 20 bilhões de reais que o BNDES (Banco nacional de desenvolvimento.) disponibilizará para financiamento do trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo. Somados, esses valores chegariam a 38 bilhões de dólares pela cotação do dólar na tarde desta quarta. O trem-bala, no entanto, não ficará pronto para a Copa do mundo de 2014 e sua operação durante a Olimpíada de 2016 no Rio não é uma exigência colocada em edital para a empresa que vencer a licitação. Mesmo assim, os valores a serem gastos pelo Brasil ainda ficariam bastante acima dos 8 bilhões de dólares que, segundo Guimarães, a África do Sul desembolsou para realizar o evento, até hoje o mais caro da história, entre estádios e obras de infraestrutura. “Mesmo o número específico para a Copa [excluindo gastos com infraestrutura], vai passar fácil a África do Sul, que foi a mais cara até agora”, disse o consultor, por telefone. O ministro Orlando Silva contestou o levantamento da Consultoria legislativa do Senado e afirmou que o número de 40 bilhões de dólares apontado por Guimarães é “cabalístico” e sem “nenhum fundamento”. Para Guimarães, da Consultoria legislativa do Senado, no entanto, foi o governo que colocou todos

O que se viu no 1º semestre de 2013, foi pelo menos 22 capitais e 400 cidades envolvidas em atos públicos. Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas tenham ido para as ruas participar dos movimentos, reivindicando o aumento das tarifas de transporte público, a situação econômica e a política do país (MARÇAIOLI, 2015). Pessoas que estavam nas ruas, por motivos diferentes, porém acreditavam que juntos poderiam fazer mais.

Segundo a Revista *Época* (nº. 2275 nas páginas 82 e 83 de junho de 2013), as manifestações se expandiram para outras capitais, sempre levando um grande número de manifestantes, como em Manaus – Amazonas, que foram contabilizados 60 mil no dia 20/06, 30 mil em Aracaju - Sergipe, no mesmo dia e 15 mil em São Luís no dia 19 de junho. Segundo o infográfico “Manifestações no Brasil” 3.000.000 de brasileiros foram às ruas no dia 20 de junho em 140 cidades.

Uma pesquisa nacional realizada pelo Ibope durante as passeatas em junho de 2013, mostra que os problemas mais citados pelos manifestantes eram a questão da precariedade do transporte público e seu aumento da tarifa com 37,6%; o ambiente político consumido pela corrupção: 29,9%; melhorias relacionadas com a saúde: 12,1% e os gastos públicos com a Copa das Confederações e a Copa do Mundo: 4,5%.

Para se entender melhor as proporções que esses movimentos tiveram, é necessário identificar a importância que as mídias têm e neste caso específico, o papel das redes sociais, essa tecnologia de comunicação que foi primordial para a rápida propagação das ideias e inflamação das inúmeras manifestações.

O sociólogo Manuel Castells (2015) enfatiza que a comunicação em rede está revitalizando a democracia, mostrando uma transformação do indivíduo conformista em um cidadão ativo, tentando fugir do estigma pós-moderno de conformidade. Essa “rede” pode ser chamado ciberespaço, como denota Lévy (2009):

O ciberespaço, que também pode ser chamado de “rede”, é o meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. Como outros meios de comunicação, o ciberespaço deve ser concebido não apenas como uma infraestrutura material ou suporte tecnológico, mas como um conjunto de informações e de usuários que habitam esse espaço e o alimentam de informações. A cibercultura pode assim ser definida como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. (LÉVY, 2009, p. 14).

os investimentos na mesma rubrica da Copa do mundo. A consultoria é encarregada de produzir estudos e notas técnicas de esclarecimento sobre questões de relevância para o Congresso. Para ele, um exemplo disso é a aprovação na Câmara dos deputados do Regime diferenciado de contratações (RDC) para obras do Mundial e dos Jogos olímpicos de 2016 (SIMÕES, 2011). Citado por Borralho (2018).

Como dito, tenta-se fugir do estigma pós-moderno de “cidadãos definidos como consumidores satisfeitos” (BAUMAN, 2011, p. 381) e “vivendo na escravidão, se sintam livres e, portanto, não experimentam a necessidade de se libertar” (BAUMAN, 2001, p. 27) através do ciberespaço. Bittar discute que:

A ascensão de um modo de vida menos político e mais estético, menos coletivo e mais individual, mais leve e consumista, mais líquido e inconsistente, mais frenético e desbussolado (...) como sentimento, o conformismo derrotista serve de alento ao processo de acovardamento que, antes mesmo de viver a tentativa de intervir na história, encontra nela uma história já narrada e pré-determinada. (BITTAR, 2008, ps. 141-142).

Para Castells (2013), hoje se vive plenamente em uma sociedade digital e é preciso reexaminar tudo o que se sabe sobre a sociedade industrial, porque já se está em um outro contexto, um exemplo de tudo isso são os movimentos sociais de junho de 2013, movimentos que se articularam pela internet convocando números cada vez maiores de cidadãos para as ruas e praças de todo o Brasil, movimentos descentralizados, apartidários e sem lideranças centrais, por isso, o espaço de autonomia da rede é essencial.

O entendimento destas manifestações parte do conhecimento da insatisfação dos usuários do transporte público nas grandes cidades brasileiras, insatisfação esta que derivava da quantidade de transportes, insuficientes para comportar o número de usuários diários, a falta de segurança nos mesmos, preços considerados abusivos pela péssima qualidade oferecida, principalmente nos grandes centros urbanos, gerando assim, uma população cada vez mais desgastada e revoltada com seus governantes.

É importante ressaltar que, o problema do transporte público, remonta o tempo do surgimento das cidades, que crescem sem infraestrutura adequada, sem políticas públicas que sanem realmente as necessidades básicas de seus cidadãos:

As revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catraços, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entre à lógica da mercadoria. (MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO, 2013, p. 13).

Somados a isso, pode-se ver também, a precariedade da saúde pública, educação, economia com inflação descontrolada, juros altos e gastos elevados dos poderes públicos, juntamente com a corrupção política. O cenário pré-manifestações era crítico e preocupante

do ponto de vista social, mas que foi desconsiderado pela liderança dos municípios, estados e nação.

No ano de 2013, o Brasil experimentou a potência das redes sociais como um instrumento de organização popular, o coletivo Movimento do Passe Livre (MPL) tinha um objetivo claro: o não aumento da tarifa de ônibus e a luta por um transporte público com qualidade. Em São Paulo, onde tudo começou, o governo do estado foi duro com o movimento, as fotos e imagens se disseminaram nas redes sociais e os protestos ganharam força e mídia, várias outras organizações espontâneas se apresentaram, e em pouco tempo, os protestos já tinham um montante de mais de 1 milhão de pessoas nas ruas. Foram descobertos pontos em comum e era imperativa uma mobilização atualizada e compromissada.

2.2.1 O papel das mídias na criação e na propagação das manifestações de junho de 2013

Tudo começou a partir da internet, das relações sociais virtuais, conjurando um espaço de autonomia, distanciando do estado e das empresas.

Borrinho (2018) enfatiza que a internet teve um papel importante para o desenrolar desse processo, assim como foi na “Primavera Árabe”. No mundo árabe, a internet serviu para mostrar ao mundo a ditadura de seus governos, já aqui no Brasil, as redes sociais serviram para divulgar a corrupção de toda ordem, desvio de verbas, gastos infundados com o dinheiro público, nepotismo, entre outros pontos.

Castells (2013, p. 11) assegura que: “Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais”.

As mídias sociais criaram uma forma *sui generis* de propagar e reclamar. Bastava acessar o Facebook para ler as manifestações sobre o aumento das tarifas do transporte público, acompanhar as mensagens de descontentamento com a política e a incompetência dos serviços públicos no *Twitter* ou visitar um blog conhecido para ver os protestos sem uma pauta definida.

Sakamoto analisa as ferramentas tecnológicas da seguinte maneira:

Tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social. (SAKAMOTO, 2013, p. 95).

Gerando desta forma uma constituição de redes:

A constituição de redes é operada pelo ato da comunicação. Comunicação é o processo de compartilhar significado pela troca de informações. Para a sociedade em geral, a principal fonte da produção social de significado é o processo da comunicação socializada. Esta existe no domínio público, para além da comunicação interpessoal. A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança. (CASTELLS, 2013, p. 15).

O processo de construção de significado caracteriza-se por um grande volume de diversidade. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Pierre Lévy (2003) traduz esse conceito em inteligência coletiva que é aquela que se distribui entre todos os indivíduos, que não está restrita para poucos privilegiados. O saber está na humanidade e todos os indivíduos podem oferecer conhecimento, não há ninguém que seja nulo nesse contexto. Por essa razão, o autor afirma que a inteligência coletiva deve ser incessantemente valorizada. Deve-se procurar encontrar o contexto em que o saber do indivíduo pode ser considerado valioso e importante para o desenvolvimento de um determinado grupo.

Castells (2013, p. 15) completa: “Embora, cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicadas, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da comunicação”. Nesse sentido, a partir da construção de Castells, as mudanças do ambiente da comunicação transformam a construção de significado e as relações de poder, tudo isso é consequência da cibercultura.

Para Lévy (2009), a cibercultura é a expressão de uma nova forma cultural universal que difere das que a precedem – como a ciência, as religiões bíblicas e os direitos humanos – por ser constituída sob a indeterminação de qualquer sentido global ou totalizante. Isto é o que o autor chama de “universalidade sem totalidade”.

Este conceito apresenta a cibercultura como um sistema aberto, no qual não há um modelo a ser seguido, mas sim a ausência de um modelo. O que há é a mudança constante e acelerada, tornando imprevisíveis os efeitos desse processo. Castells acrescenta que existe uma mudança fundamental no domínio da comunicação a – auto comunicação¹⁴, o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital, gerando desta forma

¹⁴ Auto comunicação porque traz autonomia na emissão de mensagens, autonomia na seleção da recepção de mensagens, autonomia na organização de redes sociais próprias e na organização de um hipertexto cognitivo e formativo em que estão todas as informações digitalizadas.

autonomia da mensagem e do emissor, assim, as transformações podem ser mais rápidas, pois o fluxo de emissão e recepção de imagens, vídeos e textos são de produção independente.

Essas mudanças são tão grandiosas que o sociólogo Pierre Lévy (2009) aponta que houve um segundo dilúvio, A metáfora do dilúvio é usada como modo de afirmar que não é possível conter o fluxo de informações que inunda o mundo por meio das novas tecnologias. Diferente do dilúvio bíblico, este dilúvio não é temporário. “Devemos aceitá-lo como nossa nova condição. Temos que ensinar nossos filhos a nadar, a flutuar, talvez a navegar” (LÉVY, 2009, p. 11).

Entretanto, a questão é: qual a razão disso tudo? Zizek em seu artigo sobre as manifestações de junho de 2013 explicita o objeto real na sua visão sobre tais movimentos:

Não existe um único objetivo “real” perseguido pelos manifestantes, algo capaz de uma vez concretizado, reduzir a sensação geral de mal-estar. O que a maioria dos manifestantes compartilha é um sentimento fluído de desconforto e descontentamento que sustenta e une demandas particulares. Aqui, novamente, o velho lema de Hegel de que “os segredos dos antigos egípcios eram segredos também para os próprios egípcios” mantém-se plenamente: a luta pela interpretação dos protestos não é apenas “epistemológica”; a luta dos jornalistas e teóricos sobre o verdadeiro teor dos protestos é também uma luta “ontológica”, que diz respeito à coisa em si, que ocorre no centro dos próprios protestos. (ZIZEK, 2013).

A derradeira batalha pela mudança social é decidida na mente das pessoas, e nesse sentido os movimentos sociais em rede têm feito grande progresso no plano internacional (CASTELLS, 2013). São dotados de forças aglutinadoras de pessoas e de potencial de experiências sociais que se tornam fontes de diferentes formas de processos educativos. Há uma batalha acontecendo dentro dos protestos sobre o que eles próprios representam e surgem alguns questionamentos: é apenas uma luta contra a administração de uma cidade corrupta? Contra um regime autoritário? Contra a privatização dos espaços públicos? O desfecho dessa situação está em aberto, e será resultado do processo político atualmente em curso (ZIZEK, 2013).

Segundo Castells (2013), foi basicamente a humilhação financeira, política ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor. Humanidade esta que, deve ser construída a partir do zero, escapando das múltiplas armadilhas ideológicas e institucionais que tinham levado inúmeras vezes a becos sem saída, forjando um novo caminho, à medida que o percorria.

Em todos os casos, os manifestantes excluíram os partidos políticos e a mídia tradicional, se organizando em assembleias locais sem lideranças formais, muitos eram considerados antipartidários e outros apartidários, como sublinha Fernandes e Roseno:

Ser antipartidário significa, às vezes, não considerar a história, e ser contra a participação dos partidos políticos nos atos. Em uma visão maniqueísta, como se eles fossem representantes do mal; por isso, a necessidade de expulsá-los. Nesta ação, os partidos são demonizados. Quanto a ser apartidário, significa considerar a história e optar por não seguir o direcionamento de nenhum partido. (FERNANDES E ROSENO, 2013, p. 79).

A questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política, mas sim, a necessidade de uma reforma política, sendo uma das principais manifestações das ruas, reformas culturais, éticas e uma reforma individual, abrir a mente para um novo mundo, uma sociedade mais justa e igualitária:

O quadro de crise tem determinações amplas. Está associado a manutenção de um modelo econômico que aparenta produzir resultados em termos de crescimento, mas que não promove nenhuma expansão sustentável de economia e, sobretudo, prolonga as bases históricas de subordinação e da vulnerabilidade externa, da acumulação com baixas taxas de investimento e muito voltada para o setor primário-exportador, do predomínio de grandes grupos econômicos e, por extensão, da concentração da renda e da riqueza. O que evidenciou em junho, portanto, não foi somente uma crise política, mas uma crise sistêmica, que encontra apoio a múltiplos aspectos: econômicos, socioculturais, políticos e éticos, institucionais e governamentais. O sistema político em sentido estrito surge nela como a ponta de um iceberg, o protagonista que sintetiza o que há de perverso no todo. (NOGUEIRA, 2013, p. 35).

A jornada de junho de 2013 ficou marcada por não pertencer a nenhum partido político. Todos podiam participar, sem se preocupar com vínculos partidários, quer sejam de esquerda ou direita. As manifestações ocorridas neste período era de todos. E foi pensando assim, que muitos se uniram nas ruas, para protestar por motivos mais diversos, mas que no final, acabou sendo o protesto de todos, uma causa única: um país melhor.

3 OS TEMPOS ESTÃO MUDANDO: o gigante acordou

*“The Times They Are A-Changin’
Come gather 'round people, wherever you roam
And admit that the waters around you have grown
And accept it that soon you'll be drenched to the bone
If your time to you is worth savin’”.
(Bob Dylan).*

*“Os Tempos Estão Mudando
Reúnam-se, pessoas, onde quer que estejam
E admitam que as águas ao seu redor estão subindo
E aceitem que logo estarão encharcados até os ossos
Se para vocês, seu tempo ainda tem valor”
(Bob Dylan)*

Segundo Castells (2013) em “redes de indignação e esperança”, o ano de 2013 tinha um clima de transformação. Era um momento em que governos foram denunciados. A mídia se tornou suspeita. A confiança desvaneceu-se. E a confiança é o que aglutina a sociedade, o mercado e as instituições. Era um momento febril de questionamentos e desconfiança.

No Brasil, as manifestações aconteceram ao longo de 20 dias, intercalados. Dos primeiros dias de junho ao dia 20 do mesmo mês. A partir daí, as manifestações foram recebidas com muita violência da polícia militar.

O Brasil conheceu em junho a face mais visível de uma crise de representação e de legitimidade – uma crise da política que vinha de longe e permanecera relativamente adormecida até então. Uma certeza tornou-se consensual a partir dos protestos: ‘representação política ruiu’. (NOGUEIRA, 2013, p. 32).

Estima-se que, no dia de maior participação nas manifestações – isto é, na quinta-feira, dia 20 de junho –, em todo o país, foram às ruas mais de 1,25 milhões de pessoas, em mais de 100 cidades brasileiras (UOL, 2013), sejam elas cidades grandes, médias ou pequenas, nos centros e nas periferias, tendo como protagonista dos protestos, o público jovem, entre 14 e 24 anos, composta de estudantes do ensino médio e universitários. Em São Luís não foi diferente: a capital do Maranhão participou em peso, os principais palcos foram

em frente ao Palácio dos Leões, na ponte São Francisco e defronte à Assembleia Legislativa do estado (O IMPARCIAL, 2013).

Primeiramente é necessário entender como tudo começou, dedicar-se-á posteriormente, sobre o que vinha acontecendo no mundo, a crise financeira, a “Primavera Árabe”, os indignados da Espanha, os revoltados da Tunísia e da Islândia, e por fim, o Occupy de Wall Street e as suas reverberações que alcançaram o país. Essas manifestações e processos multiculturais indicaram um novo ciclo, mudanças que precisavam ser feitas, rupturas que precisavam ser realizadas, qual seria a música a ser tocada.

Para entender um pouco mais sobre os desdobramentos internos das manifestações, é preciso antes de tudo compreender o painel político nacional. Uma análise das Jornadas de Junho sem antes derivar minimamente a rememoração dos fatos daquele simbólico ano.

O ano de 2013 foi recheado de muitas transformações, o Brasil vivia um ensaio para a Copa Mundial de Futebol e estava sediando a Copa das Confederações, o país passava por um ano pré-eleitoral. Nesse ano já estava decidido que o país seria o país-sede da Copa em 2014 e das Olimpíadas no Rio em 2016.

A população repartia-se em duas ideias, um polo acreditava que os benefícios de sediar dois grandes eventos de vasta magnitude seria excelente para o país, pois mostrar-se-ia um país forte, organizado, preparado para enfrentar os ditames dos novos tempos e que o legado que permaneceria após os jogos seria proveitoso, que toda estrutura fomentada para assegurar os jogos permaneceria para os cidadãos. O outro polo acreditava que o país tinha que ter a responsabilidade de resolver os problemas que já existiam, que investimentos em eventos faraônicos prejudicariam a curto, médio e a longo prazo a vida dos brasileiros, que o legado destes eventos estaria em desequilíbrio com os investimentos que poderiam ser realocados para fins mais imediatos.

A população estava descontente com a estrutura ínfima nas escolas e hospitais, condições básicas de saúde, educação, transporte e segurança. Tendo a percepção que o Estado não estava lhe garantindo estas condições mínimas, a indignação era justificável. O colapso da representação política significa o divórcio entre o Estado e a sociedade (SOARES, 2013). De acordo com Rolnik (2013), a crise está muito além do que é visto:

O quadro de crise tem determinações amplas. Está associado a manutenção de um modelo econômico que aparenta produzir resultados em termos de crescimento, mas que não promove nenhuma expansão sustentável de economia e, sobretudo, prolonga as bases históricas de subordinação e da vulnerabilidade externa, da acumulação com baixas taxas de investimento e muito voltada para o setor primário-

exportador, do predomínio de grandes grupos econômicos e, por extensão, da concentração da renda e da riqueza. O que evidenciou em junho, portanto, não foi somente uma crise política, mas uma crise sistêmica, que encontra apoio a múltiplos aspectos: econômicos, socioculturais, políticos e éticos, institucionais e governamentais. O sistema político em sentido estrito surge nela como a ponta de um iceberg, o protagonista que sintetiza o que há de perverso no todo. (ROLNIK, 2013, p. 9).

Paralelamente ao quadro de crise, a FIFA exigia inúmeras reivindicações, a Lei Geral da Copa é um exemplo disso, Solto Maior observa a inconstitucionalidade de tal lei:

No caso da Copa do Mundo de 2014, a partir desse método, é fácil perceber o quanto o evento se prestou a reproduzir o modo de produção capitalista por meio da utilização da lógica inserta no estado de exceção, que impulsionou uma visualização restritiva do evento, pautada por uma justificativa atomizada, sem contextualização histórica e feita de forma parcial, para não permitir a revelação de suas intensas contradições. Historicamente, cumpre lembrar que a Lei Geral da Copa (LGC), n. 12.663/2012, foi, assumidamente, fruto de um ajuste firmado entre o governo brasileiro e a Fifa, uma entidade privada, visando atender os denominados padrões Fifa de organização de eventos, para possibilitar a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014. (MAIOR, 2013, ps. 34-35).

O governo atendia sob manipulação esses ditames, entretanto com o passar do tempo era percebido que este véu era fácil de ser retirado, em pouco tempo após os eventos constataram-se estádios superfaturados e mal feitos (CALZOLARI, 2015), o estádio de Brasília ou Mané Garrincha, apresentou superfaturamento em diversas etapas, dentre elas, uma “ação [que] aponta irregularidades na implantação, drenagem, irrigação automatizada e manutenção durante quatro meses”.

O Ministério Público estima um prejuízo de ao menos R\$1,6 milhão (CALZOLARI, 2015, p. 1), ou seja, 153% a mais do valor do orçamento, sem falar que a cidade não tem tradição esportiva no esporte em questão, entre outras coisas.

O país iniciara uma crise, o baixo desenvolvimento econômico do país se tornara ano a ano cada vez mais acentuado. Em 2013, logo no início do ano, o governo já articulava com uma política fiscal afrouxada, a fim de alterar a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), pois o planejamento inicial havia falhado tanto para esse ano quanto para o ano seguinte, 2014 (OLIVEIRA; MARCHESINI, 2013).

As inserções fiscais também foram comuns durante o mundial de futebol, deixando de arrecadar cerca de R\$1 bilhão na realização da Copa. Evento que seria o mais lucrativo de todos os tempos para a FIFA, enquanto a entidade arrecadou mais de R\$ 8,8 bilhões com contratos comerciais, patrocínios, direitos de transmissão, entre outros (R7, 2013).

Diante de todo esse cataclismo político, nas palavras de Carlos Vainer (parafrazeando Mao Tse-Tung), vê-se que:

Uma fagulha pode incendiar uma pradaria qualquer esforço de análise que pretenda examinar os processos em curso desde uma perspectiva histórica deve dirigir seu olhar não para a fagulha que deflagra o incêndio, mas para as condições da pradaria, que, estas sim, explicam por que o fogo pode se propagar. A pradaria, como agora se sabe, estava seca, pronta para incendiar-se. (VAINER, 2013, p. 36).

No caso em questão, esta fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL).

3.1 Movimento Passe Livre: a gênese do protesto

Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. (GOHN, 2013). Uma das especialidades das manifestações, foi a concentração dos mais diversos grupos ideológicos e todos estes sendo maximizados pelas redes sociais. Grupos estes se aproveitando do fértil momento, tentaram atrair para si suas ideias e reivindicações. O coletivo que mais se destacou no início das manifestações foi o Movimento Passe Livre (MPL) que nada mais é:

Um movimento brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transporte coletivo. O movimento foi fundado em uma plenária no Fórum Social Mundial em 2005, em Porto Alegre, e ganhou destaque ao participar da organização, em 2013, dos primeiros protestos em São Paulo por causa do aumento da tarifa de ônibus, que culminaram em protestos por todo país após o aumento da repressão policial contra manifestantes e jornalistas. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 13).

Segundo Davis (1998), “muitos movimentos buscam diminuir a distância entre o Estado e seus cidadãos, ampliando as possibilidades de acesso aos processos governamentais como forma de conquista dos direitos de cidadania”. O MPL faz exatamente isso, por falta de uma política de transporte eficiente, se faz necessário o movimento social.

De acordo com o Movimento a cidade deve ser usada como arma, a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa:

Sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse

processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 13).

O MPL defende que a cidade deveria ser usada como arma, a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa. O movimento entende que a população é sempre objeto em vez de sujeito, que o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 13) Assim sendo, quando se fortalece a catraca e as barreiras que impedem a livre movimentação, as contradições se apresentam com mordacidade, desta forma que o movimento se estabelece, em uma luta contra a exclusão urbana.

Licon Secco (2013, p. 77) disserta que a organização horizontal MPL, foi a mais importante na primeira fase dos protestos, ele compara esta mobilização com outras tantas em diversas cidades do Brasil e do mundo e deixa uma pergunta no ar: por que, sendo tão diferentes, guardam entre si um ar de familiaridade? O autor mesmo responde: os movimentos são revoltas disseminadas pelas redes virtuais, nas quais as pessoas agem como singularidades, mas o conjunto é construído pela reação calculada dos donos do poder e da informação (SECCO, 2013, p. 77).

Nas manifestações do dia 20 de junho, pelo fato de se existir um caldeirão de ideologias das mais contraditórias, facilmente pode-se apresentar uma direita ortodoxa, como grupos neonazistas. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário (SECCO, 2013).

Deixando bem claro que ser antipartidário significa, às vezes, não considerar a história, e ser contra a participação dos partidos políticos nos atos. Em uma visão maniqueísta, como se eles fossem representantes do mal, por isso, a necessidade de expulsá-los. Nesta ação, os partidos são demonizados. Quanto a ser apartidário, significa considerar a história e optar por não seguir o direcionamento de nenhum partido (FERNANDES, 2013, p. 79).

Edson Fernando e Ricardo Roseno analisam por uma ótica ideológica esses mesmos grupos nas ruas:

Muitos grupos que protestaram nas ruas são perceptíveis à influência anarquista, como também inúmeros indivíduos bem intencionados, no sentido, que agem para evitar as hierarquias, a personalização e as negociações verticais; ou seja, ninguém se encontra acima de ninguém, todos são iguais, não se faz necessário um representante “eleito”, ou determinado pelo “destino” ou por “carisma” para conduzi-los. Não há líderes no movimento, todos são líderes por auto definição. Esse foi o cenário visto durante os protestos populares pelo Brasil. (FERNANDES, 2013, p. 81).

Nesse sentido, não havendo líderes, mas grupos, o Movimento Passe Livre saiu na linha de frente destes, derrubando a primeira peça da gigantesca sequência de peças de dominó desta imensa engenharia social. A reivindicação de não aumento de tarifas fora atendida, o MPL aos poucos foi deixando a cena, mas como já dissertado por Secco, a fagulha já queimava toda a pradaria.

3.2 Segunda fase dos protestos

As novas reivindicações dos manifestantes também chamavam a atenção, pela diversidade de pautas, desde protestos contra os Projetos PEC 37¹⁵ e cura-gay¹⁶ à indignação contra os gastos nos estádios de futebol utilizados para a Copa das Confederações, que somavam 28 bilhões de reais e com investimentos projetados para a Copa do Mundo, ultrapassando a casa dos 33 bilhões de reais. Aproximadamente 28 cidades¹⁷ foram palco de protestos nas ruas. Os protestos pelo Brasil somariam mais de 300 mil participantes (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 13).

As redes sociais recebiam um volume incrível de atualizações com fotos, vídeos e mensagens relacionadas aos protestos. Segundo pesquisa, os comentários das manifestações

¹⁵ O Projeto PEC 37, de autoria do deputado Lourival Mendes (PtdoB - MA), foi vetado pela Câmara dos Deputados. Ele atribuía exclusividade às polícias Civil e Federal na competência para apuração criminal, retirando o poder de investigação do Ministério Público.

¹⁶ O Projeto Cura-gay, apoiado pelo deputado Marco Feliciano (PSC), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, foi arquivado. Esse projeto definia que a opção homossexual seria entendida como condição patológica e tratada com orientação sexual por psicólogos.

¹⁷ Portal G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>. Acesso em: 26out.2020.

foram realizados através da internet nas seguintes proporções: *Twitter* 65%, *Facebook* 27%, *Blogs* 5%, *Youtube* 2% e *Instagram* 1%¹⁸ (FERNANDES, 2013).

A pesquisa do IBOPE apontou que 89% das pessoas nas manifestações não se sentiam representadas por nenhum partido político ou qualquer partido político, individualmente, e 96% não eram afiliados a qualquer partido (FERNANDES, 2013).

O Governo Federal e o Congresso Nacional se mobilizaram com discursos e medidas emergenciais, a duras penas votaram em projetos, como resposta aos protestos populares. A PEC-37 foi derrubada em 25 de junho, pela Câmara dos Deputados com esmagadora maioria. O Projeto “cura-gay” foi arquivado e o presidente da Câmara, Renan Calheiros, apresentou uma série de pautas que serão discutidas pela casa, no mês de julho, já que as férias dos deputados foram suspensas (FERNANDES, 2013).

No dia 9 de julho, senadores tentaram derrubar a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que alterava as regras para suplência, mas depois que as redes sociais e a mídia denunciaram o ocorrido, eles voltaram atrás, e no dia seguinte, aprovaram o projeto original que impede parentes de até primeiro e segundo grau de serem os suplentes de qualquer senador (FERNANDES, 2013).

Esta segunda fase dos protestos já marca uma mobilização maior em diversas cidades. Em São Paulo e no Rio de Janeiro os protestos reuniram pelo menos 100 mil pessoas, entre 18 e 20 de junho. Em Brasília, cerca de 10 mil pessoas se concentravam na Esplanada dos Ministérios, e parte destes subiram a rampa, ocupando a cobertura do Congresso.

As manifestações começaram a ganhar corpo nesta segunda fase, mais precisamente entre os dias 15 e 19 de junho de 2013, em São Paulo, os manifestantes se concentravam no Largo da Batata e depois ocuparam oito faixas da Avenida Brigadeiro Faria Lima. No Rio de Janeiro, as dezenas de milhares de manifestações percorreram a Rua Rio Branco até a região da Cinelândia, onde ocuparam a escadaria da Biblioteca Nacional e da Câmara dos Vereadores. De lá, seguiram pela Avenida Almirante Barroso em direção à Avenida Presidente Antônio Carlos até a Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ).

Em Belo Horizonte, a concentração dos protestos se concentrou na Praça 7. De lá, as manifestações se dirigiram a Arena Mineirão. Em Brasília, os manifestantes se concentravam na frente do Museu da República e, de lá, marcharam em direção ao Congresso Nacional. Já na Esplanada dos Ministérios, cobriram a cobertura do Congresso e o gramado em frente ao Parlamento.

¹⁸ Revista Época, Editora Globo, n. 787, 18/ago./ 2016, p. 83.

Como já dito, apesar do caráter pacífico das manifestações, que por sua vez tinha o lema “Sem violência”, essa linguagem não foi aceita pela polícia militar. A violência foi caracterizada pelo despreparo da polícia militar e a falta de reação frente a desobediência civil.

Para se entender a violência campal das ruas é necessário que se entenda a gênese dessa violência. O porque a polícia militar se mostrou tão despreparada frente as manifestações de junho de 2013.

3.3 A violência policial

Nesta etapa do trabalho depara-se como o efeito da violência das manifestações, foi basilar, demarcou e inflou as manifestações, tornou os movimentos mais intensos e orgânicos. A atuação da polícia em inúmeros episódios, fez uso da violência de maneira indiscriminada. Agindo como se houvesse uma batalha a ser vencida, um inimigo a ser extirpado.

Lembra-se a teoria de Günther Jakobs (2007) – o Direito Penal do Inimigo – a periculosidade do agente serve à caracterização do inimigo, que se contrapõe ao cidadão (cujo ato, apesar de contra o direito, tem uma personalidade voltada ao ordenamento jurídico devendo ser punido segundo sua culpabilidade), enquanto que o inimigo deve ser combatido segundo sua periculosidade. Não há vistas, há uma conduta realizada, ou tentada, mas pressupõe-se o âmbito interno do indivíduo, o perigo de dano futuro à vigência da norma (CANCIO MELIÁ, 2009).

Essa ideologia institucional vê que os manifestantes foram vistos como um conjunto de opositores, anomalias que deveriam ser extirpadas das ruas, ao simbolizar em sua pele o significante que causa ódio à polícia militar, se tornando um inimigo a ser combatido. O Direito Penal do Inimigo, que é reservado àqueles indivíduos que pelo seu comportamento, ocupação ou práticas “se tem afastado, de maneira duradoura, ao menos de modo decidido, do Direito, isto é, que não proporciona a garantia cognitiva mínima necessária a um tratamento como pessoa” (CANCIO MELIÁ, 2009).

Há uma estimulação da própria corporação em criar um “monstro” devido a desumanização do policial, que essa criação é vista como uma “perfeição” e uma aprovação para estar na rua e proteger o cidadão, tornando a violência policial banal dentro da instituição.

Hannah Arendt, em seu livro “Eichmann em Jerusalém faz um relato sobre a banalidade do mal”. Essa banalidade é o resultado da massificação da sociedade, da violência abrupta e viciante que se criou por uma multidão que por sua vez é incapaz de fazer julgamentos morais, aceitando ordens sem questionar, no caso evidenciado o agente e aqueles que defendem tal posição se encontram neste estágio de letargia moral.

O inimigo da sociedade punitiva além do agente de segurança pública é a própria instituição militar, que produz e reproduz essa dialética sanguinária, desenvolve um aparato perverso, é alicerçada em condições e contradições históricas.

Segundo Marilena Chauí (2012), essa violência é fruto de um mecanismo jurídico que determina quem são os “agentes violentos” (de modo geral, os pobres – basta ver as prisões e mortes dos membros do crime organizado, isto é, nunca se vê aprisionado alguém verdadeiramente poderoso e opulento) e legitimar a ação (esta sim, violenta) da polícia contra a população pobre, os negros, os índios, as crianças sem infância, os moradores de rua e os favelados.

Segundo a filosofia, essa violência fica circunscrita ao campo da delinquência e da criminalidade, o crime sendo definido como ataque à propriedade privada (furto, roubo e latrocínio, isto é, roubo seguido de assassinato) e como crimes organizados (tráfico de drogas, armas e pessoas).

Nas manifestações essa faceta ficou evidente, quando a polícia militar saiu da sua habitual circunscrição e atingiu a classe média e os meios de comunicação transmitiram o espetáculo sangrento.

A princípio, a mídia tradicional construiu uma opinião conservadora acerca das manifestações, mas esta era apenas uma momentânea:

A primeira reação foi de condenação pura e simples. As manifestações deveriam ser reprimidas com rigor ainda maior. À medida, no entanto, que o fenômeno se alastrou, a velha mídia alterou radicalmente sua avaliação inicial. Passou então a cobrir em tempo real os acontecimentos, como se fosse apenas uma observadora imparcial, que nada tivesse a ver com os fatos que desencadearam todo o processo. O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes. (LIMA, 2013, p. 92).

Duras críticas foram feitas às ações violentas e ao despreparo da polícia que reagiu contra os manifestantes. Esse evento daria início ao crescimento exponencial do número de protestos e manifestações em diferentes regiões do país (FERNANDES; ROSENO, 2013).

Ao todo, sete jornalistas foram feridos, dentre os quais a repórter Juliana Vallone, da Folha de São Paulo – TV Folha, atingida no olho direito por um tiro de borracha disparado por um policial militar, ficando gravemente ferida [...]. A Organização Não Governamental Anistia Internacional publicou uma nota repudiando a violência sofrida pelos manifestantes populares e pelos profissionais de comunicação (FERNANDES, 2013).

O ataque a jornalistas e a um movimento com a aparente composição social de “classe média” pode ter facilitado a solidariedade ao movimento.

Acompanhando seu mercado, a direita midiática se viu forçada a apoiar os manifestantes – mas com sua própria pauta. Por isso, o decisivo não foi a violência, tão natural contra trabalhadores organizados, e sim sua apropriação pela imprensa (SECCO, 2013):

O papel da interpretação da violência foi decisivo. O descolamento aparente entre a política e a repressão equivale à naturalização da repressão policial, da mesma forma que a autonomia de um banco central significa a naturalização da economia. A elevação da taxa de juros deixa de ser uma decisão política tanto quanto a repressão se torna técnica. (SECCO, 2013, p. 74).

Logo em seguida apareceram os Black Blocs:

Do inglês Black, preto; bloc, agrupamento de pessoas para uma ação conjunta ou propósito comum de block. Surgiu nos anos 80, na Alemanha, a partir dos movimentos autonomistas, com a proposta de ser uma tática de protesto, sem líder, estrutura de poder ou cargos. E é exatamente essa estrutura autônoma que ainda confunde as avaliações sobre o Black Bloc que, por sua vez, não é um movimento. Na Alemanha daquela época, por exemplo, o Bloco Negro dividia as manifestações de rua com os Blocos Verdes dos ambientalistas e os Blocos Vermelhos dos sindicatos. (SOLANO; NOVAES, 2017).

A tática Black Bloc que, entre outras ações ataca símbolos do capitalismo (bancos e bolsas de valores), é utilizada pela mídia e órgãos de repressão como justificativa para criminalizar e/ou reprimir manifestações e manifestantes, sob o argumento de que agem com violência e desrespeitam as leis que garantem a propriedade privada (VIEIRA, 2016).

A violência ficou ainda mais intensa. A pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE apontou que mais da metade das pessoas nas manifestações (57%) apontaram as ações da polícia como excessivamente violentas, 24% acharam as ações violentas, mas sem exageros e 15% das pessoas não consideraram as ações violentas (INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA, 20.06.2013).

Segundo Zizek (2014) afirmou ter dois tipos de violência a “subjéitiva” e a “objéitiva”:

A violência subjéitiva [...] é percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objéitiva é precisamente aquela inerente a esse estado “normal” de coisas [...] é uma violência invisível, uma vez que precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra o qual percebemos algo como subjétivamente violento é experimentada enquanto tal contra o pano de fundo de um grau zero. (ZIZEK, 2014, p.17).

A subjéitiva é a violência dos jornais e execradas pela população. Já a objéitiva se faz presente pelos próprios motivos de muitas manifestações, desigualdade e ausência de direitos.

O filósofo destaca que muito se falou da violência direta dos manifestantes e questiona – mas o que é essa violência quando comparada àquela necessária para sustentar o sistema capitalista global funcionando “normalmente”? (ZIZEK, 2013).

Por isso, uma coisa é clara: “evitar o conflito não é resposta: retornar a tal estado é se descolar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade” (HARVEY, 2013, p. 31).

O geógrafo chega à conclusão que não podemos deixar que o medo da violência nos acovarde e nos faça estagnar em uma passividade sem sentido.

Daí terem assumido o risco maior: atentar contra a “segurança pública” e contra sua própria segurança pessoal (VIANA, 2013). O encontro desses dois mundos, em imaginação e fogo, foi o pontapé para o deslocamento do campo político que, até agora, parecia invulnerável à política.

Aí reside a violência do movimento: não em vitrines e latas de lixo quebradas, mas no freio brusco de uma ordem fundada, por um lado, no ir e vir que permanece e, por outro, no genocídio de quem, mesmo com a economia de vinte centavos, talvez não chegue (VIANA, 2013).

A brutalidade da investida policial ao longo das manifestações, sem sombra de dúvida, forneceu combustível para a ampliação da escala do movimento, levando à adesão de milhares de pessoas. As ações violentas praticadas pela polícia tiveram custos materiais e pessoais muito mais altos que as ações violentas cometidas por alguns manifestantes (SANTOS, 2014).

Nonnato Santos (2014) esclarece que a violência foi tanta que a ONU enviou um comunicado ao governo brasileiro acerca da violência policial:

No dia 26.06.2013, a Organização das Nações Unidas (ONU) enviou comunicação pedindo explicações ao governo brasileiro o “uso excessivo de força policial” nas jornadas de junho. No documento, a ONU diz estar “preocupada com supostas violações dos Direitos Humanos no uso excessivo de forças policiais contra manifestantes”. De acordo com o órgão internacional a repressão teria sido “arbitrária e violenta”. “Foi relatado que um número elevado de manifestantes pacíficos foram presos”. (SANTOS, 2014, p. 27).

Durante os protestos de junho de 2013, a polícia realizou inúmeras violações como falta de identificação dos policiais; vigilância dos manifestantes pela polícia; monitoramento de dados pessoais e privacidade; uso de armas menos letais e letais; uso de armas de fogo; desproporcionalidade do efetivo e das ações policiais; detenções arbitrárias; criminalização da liberdade de expressão; censura prévia; infiltrações policiais; sequestros e ameaças; defesa do patrimônio e do tráfego versus segurança da manifestação; impedimento de acompanhamento das ações policiais; mortes relacionadas aos protestos (ONG Artigo 19, 2014).

Como é sabido, a instituição policial tem natureza repressora e possui a “legitimidade” do uso da força, entretanto para uma maior eficiência de suas a eficiência de sua ação depende da ação de outras instâncias, como o Parlamento (legislativo) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE) como o Judiciário e a Mídia, permitindo a legitimação ideológica necessária para a criminalização dos Movimentos Sociais (VIEIRA, 2016).

3.4 O poder legislativo durante as manifestações

O poder legislativo é de fundamental importância para a manutenção do *status quo*. A ação parlamentar se mostrou ainda mais severa, tornando o arcabouço jurídico ainda mais retrogrado, continuamente tentando manter o *establishment* ordinário.

Haviam inúmeros projetos dispendo sobre a regulação geral dos protestos, como a proibição de uso de armas de baixa letalidade, alteração de leis vigentes e proibição de máscaras nos protestos.

A ONG artigo 19 em seu site deixa claro na figura a seguir, algumas dessas mudanças.



Figura 1 – ONG 19.

Os principais projetos de lei durante as manifestações de junho de 2013 são os seguintes:

1. O Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 451/2013 que altera a Lei Nº 7.170/1983107 (conhecida como Lei de Segurança Nacional) criada à época do regime militar. Altera a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para prevenir e reprimir a violência e o vandalismo nas manifestações públicas coletivas. O Projeto de Lei de autoria do senador Vital do Rêgo (MDB/PB) foi arquivado no final da legislatura.
2. A Lei nº 12.850/2013, esta lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências.
3. O Projeto de Lei do Senado (PLS) Nº 499/2013 que teve autoria do se tornou a Lei 13.260/2016 que regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e

reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis n.º 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013.

4. O Projeto de Lei do Senado (PLS) N.º 6.307/2013 cujo autor é o Deputado Eduardo Cunha (MDB/RJ) que atribui tratamento diferenciado para o agente que pratica atos de vandalismo em manifestações públicas. O projeto encontra-se na mesa diretora e está apensado na PL-6277/2013.

5. O Projeto de Lei do Senado (PLS) N.º 728/2011, o projeto define crimes e infrações administrativas com vistas a incrementar a segurança da Copa das Confederações FIFA de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol de 2014, além de prever o incidente de celeridade processual e medidas cautelares específicas, bem como disciplinar o direito de greve no período que antecede e durante a realização dos eventos, entre outras providência. cuja autoria é do Senador Marcelo Crivella (REPUBLICANOS/RJ), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Walter Pinheiro (PT/BA) e outros. O projeto foi rejeitado pela Comissão em decisão terminativa. (Art.91, § 5º, do RISF).

6. O Projeto de Lei do Senado (PLS) N.º 28/2014, Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei n.º 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências. A autoria do projeto é do senador Armando Monteiro (PTB/PE). Fora remetida para a câmara dos deputados desde 05/10/2017.

7. O Projeto de Lei do Senado (PLS) N.º 44/2014, define crimes de terrorismo e dá outras providências. Tem autoria do Senador Romero Jucá (MDB/RR). O projeto encontra-se arquivado ao final da Legislatura (Art. 332 do RISF).

8. O Projeto de Lei do Senado (PLS) N.º 508/2013, Tipifica como crime de vandalismo a promoção de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos. Com autoria do Senador Armando Monteiro (PTB/PE). O projeto encontra-se arquivado ao final da Legislatura (Art. 332 do RISF).

Diante dos inúmeros Projetos de Lei, fica-se evidente o caráter da execução da função legislativa, criaram-se mecanismos para a imposição e execução das leis que tentam criminalizar os movimentos sociais. Sufocando a livre manifestação (Art. 5º, IV da Constituição Federal), o direito de reunião (art. 5º, XVI da Constituição Federal) e a liberdade de associação (Art. 5º, XVII da Constituição Federal).

A elaboração de leis e seu cumprimento por determinações judiciais materializam a criminalização dos movimentos sociais (VIEIRA, 2016).

Criminalizar não é utilizar [apenas] a força policial para reprimir manifestações (tratar como “caso de polícia”), mas é transformar (caracterizar ou tipificar) uma determinada ação em um crime (SAUER, 2008).

Utilizando mecanismos legais, a intenção é fazer com que ações e pessoas sejam vistas e julgadas (pela opinião pública e pelo órgão estatal responsável) como atos criminosos e bandidos (iniciativas feitas à margem da lei) (SAUER, 2008, p. 2).

4 MANIFESTAÇÕES NO MARANHÃO

*“Eu quero ver
Eu quero ver a serpente acordar
Pra nunca mais a cidade dormir
Pra nunca mais a cidade dormir”.*
(Zeca Baleiro)

No Maranhão, os movimentos sociais não foram diferentes do restante do país, a onda dos protestos também reverberou no estado e principalmente na ilha de São Luís. Segundo o historiador Wagner Cabral (2013) no artigo “Análise: manifestações no Maranhão retomam combates contra a oligarquia” que escreveu para o site UOL, em 3 de julho de 2013, “uma das singularidades das manifestações no Maranhão foi a conjugação de movimentos de novo tipo com padrões tradicionais de mobilização e ação coletiva, além da combinação, numa visão abrangente, de questões urbanas (que predominaram no país) como a questão agrária, conferindo uma "cor local" ao movimento”.

O historiador também acrescenta que a “cor local” era predominantemente antioligárquica, pois, dentre os temas específicos, a única palavra de ordem entoada em uníssono por um coro de 30 mil vozes foi: "Sarney, ladrão, devolve o Maranhão!". A seguir, constam as manifestações que o historiador ao longo de 12 dias listou para a apresentação da matéria e explanadas nesta pesquisa.

Acrescenta ainda que as manifestações deram vazão às mais diversas insatisfações, desde questões de alcance nacional (a defesa da reforma política, a luta contra a PEC-37, a crítica da corrupção e dos gastos excessivos com a Copa do Mundo, por exemplo) até problemas específicos de ordem regional e/ou local (insegurança pública, ausência de infraestrutura urbana) (COSTA, 2013).

Salientam-se demandas variadas nos diversos movimentos, como descreve Costa (2013):

As demandas mais abstratas por saúde, educação, segurança e transporte adquiriram sua face concreta e vimos, ao lado da juventude estudantil (secundarista e universitária), trabalhadores e trabalhadoras das periferias urbanas e até pequenos comerciantes (preocupados com o aumento do número de assaltos), pressionando e dirigindo suas queixas às secretarias de governo (da Prefeitura e do Governo do Estado) ou a uma estatal (CAEMA - Companhia de Águas e Esgotos do Maranhão). (COSTA, 2013, s.n.).

Castro e Rogens (2014) destacam as formas para chamar atenção nos movimentos no estado do Maranhão:

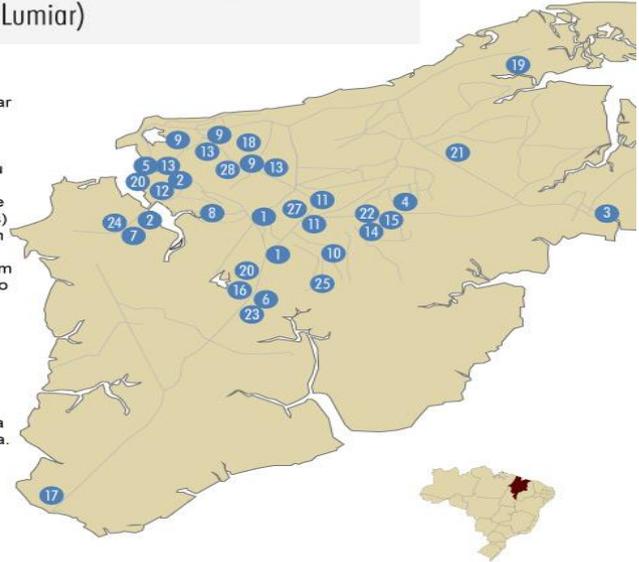
No Maranhão, uma das formas mais usadas para chamar atenção em atos de protestos são os bloqueios de ruas e avenidas com a queima de lixos e pneus, que se intensificou desde junho de 2013 até hoje, quando universitários, quilombolas, comunidades da periferia, trabalhadores do transporte alternativo, entre outros grupos, bloquearem ruas, avenidas, rodovias e mesmo ferrovias.

No Maranhão, o ciclo de manifestações foi iniciado nos dias 18 e 19 de junho. O historiador ao longo de 12 dias, listou os 28 protestos espalhados pela capital maranhense, sejam na zona urbana e zona rural, muitos deles impetuosamente reprimidos pela Polícia Militar do Maranhão, ocasionando muitas pessoas feridas e inúmeras prisões como se verá adiante.

Manifestações na região metropolitana de São Luís (MA)

(São Luís, São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar)

- 1 **Grito da Terra** – cerca de 5 mil trabalhadores rurais fecharam o retorno do São Cristóvão, depois saindo em passeata para ocupar as sedes do Incrat(ani) e Secretaria de Agricultura Familiar(centro). Em 18 de Junho de 2013(3ª feira).
- 2 **Vem Pra Rua São Luís** – concentração na praça Deodoro reuniu 15 mil manifestantes, que saíram em passeata pelo centro até a avenida Pedro II, onde se localizam as sedes dos governos estadual (Palácio dos Leões) e municipal (Palácio La Ravardiére). Ao final, houve conflitos com a polícia. Na UFMA, cerca de mil estudantes, mobilizados pelo DCE, saíram em passeata do campus do Bacanga ao centro, para se juntar ao movimento geral. Em 19 de junho de 2013 (4ª feira).
- 3 **São José de Ribamar** – cerca de dois mil manifestantes saíram às ruas, exigindo um transporte público de qualidade. Em 20 de junho (5ª feira).
- 4 **Vem Pra Rua Maiobão (Paço do Lumiar)** – manifestantes percorreram a principal avenida do bairro e bloquearam a rodovia MA-201, exigindo segurança e melhorias na infraestrutura urbana. Em 21 de junho (6ª feira).
- 5 **Acorda Maranhão** – reuniu cerca de 35 mil manifestantes, inicialmente concentrados na praça Maria Aragão, saindo em passeata até o Palácio dos Leões e depois fazendo a ocupação simbólica da ponte do São Francisco. Houve conflitos com a polícia, bem como entre setores “infiltrados”. Em 22 de junho de 2013 (sábado).
- 6 **Acorda Zona Rural** – manifestantes se concentraram no terminal de integração do Maracanã, posteriormente fechando as duas vias da BR-135, única via de acesso à capital. Em 24 de junho de 2013 (2ª feira).
- 7 Moradores da área Itaqui-Bacanga fecham as duas vias da Avenida dos Portugueses, que dá acesso à zona industrial. A manifestação se estendeu por toda a 2ª feira e se repetiu no dia seguinte, com estudantes e populares. Forte repressão da PM. Em 24-25 de junho (2ª e 3ª feira).
- 8 Mais de 150 indígenas das etnias Canelas, Guajajaras e Kre-yê ocuparam a sede da Funasa (Jordoa), reivindicando melhorias no sistema de saúde. Em 24 de junho (2ª feira).
- 9 **“São Luís Acordou!”**: manifestação com cerca de 2 mil pessoas, que saíram em passeata até a Assembleia Legislativa, onde foi reprimida pelo choque e a cavalaria da PM. Um grupo seguiu até o viaduto da Cohama, que foi interditado, sendo também alvo da repressão policial. Em 24 de junho (2ª feira).
- 10 **Cidade Operária** – lojistas, comerciantes, estudantes e moradores realizaram manifestações contra a insegurança, a violência e melhorias nos serviços públicos. Cerca de 2 mil manifestantes. Em 24 de junho (2ª feira).
- 11 **Acorda Cohab!** – manifestação reuniu cerca de 2 mil manifestantes na praça do Rodão, saindo em passeata pela Avenida até a Forquilha, onde interditou o retorno e houve repressão da PM. Em 25 de junho (3ª feira).
- 12 **“Periferia vai ao centro”** – (ato convocado pelo Quilombo Urbano, Luta Popular e CSP - Conlutas), reuniu cerca de mil manifestantes na praça Deodoro, saindo em passeata pelas ruas do centro da cidade. Contou ainda com a participação do MOQUIBOM (movimento quilombola). Em 25 de junho (3ª feira).
- 13 **“Vem Pra Rua – Ato 5”** – dois mil manifestantes saíram em passeata do centro da capital, percorrendo cerca de 10km, passando pela Assembleia Legislativa até o viaduto da Cohama, que foi interditado. Em 26 de junho (4ª feira).
- 14 **Jardim Tropical II** – cerca de 100 estudantes realizam passeata pela Av. Paraíso, pedindo melhorias no transporte e infraestrutura do bairro. Em 26 de junho (4ª feira).



- 15 **Vila Kiola Costa (São José de Ribamar)** – moradores foram às ruas pedir segurança pública e melhorias para o bairro. Em 27 de junho (5ª feira).
- 16 **Acorda Maracanã** – alunos e servidores do IFMA (antiga escola agro técnica) interditaram a BR-135, para reivindicar seus direitos. Em 27 de junho (5ª feira).
- 17 **Estreito dos Mosquitos** – alunos da escola estadual Mário Martins Meireles, junto com a comunidade, interditaram trecho da BR-135, reivindicando melhorias na estrutura das escolas, mais ônibus, segurança e professores. Em 27 de junho (5ª feira).
- 18 **Vinhais** – manifestantes bloquearam as ruas ao lado do cemitério, se dirigindo para a Avenida Jerônimo de Albuquerque. Em 27 de junho (5ª feira).
- 19 **Vila Boa Esperança (Raposa)** – moradores interditaram a rodovia MA-203 (única via de acesso ao município), queimando pneus e madeiras. Em 27 de junho (5ª feira).
- 20 **Vila Itamar** – manifestantes bloquearam o km 2 da BR-135, reivindicando melhorias na infraestrutura do bairro, mais educação, segurança e transporte. Depois de 8 horas de interdição, foram violentamente reprimidos pela PM. Em 28 de junho (6ª feira).
- 21-5 **Protestos, com interdições de vias públicas, se espalham em diversos bairros da região metropolitana: conjunto Paranã (Paço do Lumiar), Estrada da Mata, Tibiri, Anjo da Guarda, São Raimundo.** A pauta é diversificada: problemas de infraestrutura, mobilidade urbana, segurança. Em 28 de junho (6ª feira).
- 26 **BEIJAÇO: “Enquanto eles batem, agente beija!”** – organizado pela Marcha das Vadias contra a violência policial nas manifestações e pela livre orientação sexual! Na Praia Grande (centro de São Luís), 28 de junho (6ª feira).
- 27 **ESTAMOS VENCENDO! ATO 6** – convocado pelo coletivo “Tudo que é sólido desmancha no ar”, em defesa do direito à livre expressão e ampla pauta de reivindicações. Manifestantes interditaram o retorno da Forquilha. Em 28 de junho (6ª feira).
- 28 **#VemPraRuaSLZ – Ato 5:** concentração no retorno do Vinhais, saindo em passeata e bloqueando a Av. Jerônimo de Albuquerque. Em 29 de junho (sábado).

Figura 1: Mapa das manifestações na região metropolitana de São Luís. Fonte: Wagner Cabral, 2013.

4.1 Movimento “Grito da Terra”

No dia 18 de junho de 2013, a primeira manifestação do mês de junho, foi o movimento “Grito da Terra” que é um movimento tradicional dos trabalhadores rurais que

lutam por melhores condições de trabalho no campo e combatem a grilagem em todo o estado (O IMPARCIAL, 19/06/2013).

De acordo com o jornal, cerca de cinco mil trabalhadores rurais se reuniram para o grito da Terra Maranhão, na manhã do dia 18 de junho. A manifestação se concentrou por volta das cinco da manhã na sede da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão (FETEMA) e seguiu para a rotatória do aeroporto, no Tirirical. O trânsito no entorno parou durante o protesto (O JORNAL PEQUENO, 19/06/2013).

Cerca de 5 mil trabalhadores rurais fecharam o retorno do São Cristóvão, depois saindo em passeata para ocupar as sedes do INCRA (Anil) e Secretaria de Agricultura Familiar (CABRAL, 2013).

O Grito da Terra é um movimento nacional de protesto por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento da agricultura rural do país. Segundo os organizadores, participaram comunidades de agricultores dos 217 municípios maranhenses e dos 213 sindicatos da categoria (O IMPARCIAL, 19/06/2013).

Com carro de som, faixas e cartazes, os trabalhadores se manifestam pacificamente. A Polícia Militar acompanhou toda a movimentação e não foram constatados incidentes. A pauta de reivindicações consta de 95 pontos dirigidos ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA - MA), ao governo do estado e à Justiça. Ao INCRA, os manifestantes pedem que sejam visualizadas novas vistorias nas mais de 200 áreas de conflitos do estado, celeridade nos processos de desapropriação de terras e prestes ao vencimento e reforma agrária. A Justiça, que atende as liminares que, segundo a categoria, favorecem os fazendeiros em detrimento ao direito e necessidades dos trabalhadores (O IMPARCIAL, 19/06/2013).

Após as manifestações, os agricultores formaram uma comissão para conversar com os representantes do INCRA, Justiça e Governo e levar as demandas. Dia 19, às 15h a comissão irá realizar a Assembleia Legislativa para denunciar os casos de grilagem e pedir apoio em investigações; e às 18h, irão apoiar o movimento Vem Pra Rua, de realização nacional, que protesta contra os gastos públicos, melhorias de transporte coletivo, condições de trabalho e outras questões sociais. (O IMPARCIAL, 19/06/2013).

4.2. Movimento “Vem Pra Rua São Luís”

O evento “Vem Pra Rua São Luís” segundo os registros da época, foi o primeiro que desencadeou aqui em São Luís, através de uma página no *Facebook*, liderado por dois

jovens, não pertencentes a nenhum movimento específico, como a maioria dos jovens por todo o país, cidadãos brasileiros que não defendiam partido nenhum, todavia, defendiam uma sociedade mais justa.

Na descrição da página do Facebook¹⁹ deixa claro a reivindicação voltada para a mobilidade urbana:

Nossa Causa: MOBILIDADE URBANA

Sabemos dos intensos problemas que enfrentamos nos deslocamentos pela cidade de São Luís. Se é motorista, BURACOS, se é ciclista, FALTA DE CICLOVIAS, se é passageiro de ônibus, PÉSSIMA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO AO PÚBLICO.

MP de Dilma permite que Edivaldo Holanda Júnior reduza tarifa de ônibus em São Luís: <http://goo.gl/4LyxT>

Manifestações contra aumento da passagem ganham o País; tarifa pode ir para R\$ 2,75 em São Luís: <http://goo.gl/v0MYb>

Relembre as propostas de campanha eleitoral de Edivaldo Holanda Junior para a Mobilidade Urbana de São Luís: http://www.youtube.com/watch?v=7hI_Oth5l3w

Edivaldo foi um que se comprometeu com o Programa Cidades Sustentáveis durante sua campanha eleitoral. Veja o que o Programa prevê no eixo Mobilidade Urbana: <http://goo.gl/j3y6m>

Não vamos acostumar mal esta nova gestão como foi durante a gestão municipal passada, com Castelo na direção. VEM PRA RUA!

Quando os organizadores do “Vem Pra Rua São Luís” pensaram numa imagem que descrevesse de maneira clara e objetiva o ideal desse movimento, retratando o transporte público com uma lotação além do permitido, retratado pelas sardinhas na lata: espremidas para que comportassem mais peixes. Da mesma forma, os coletivos das cidades em foco andam, além da capacidade do conforto e segurança dos seus usuários.

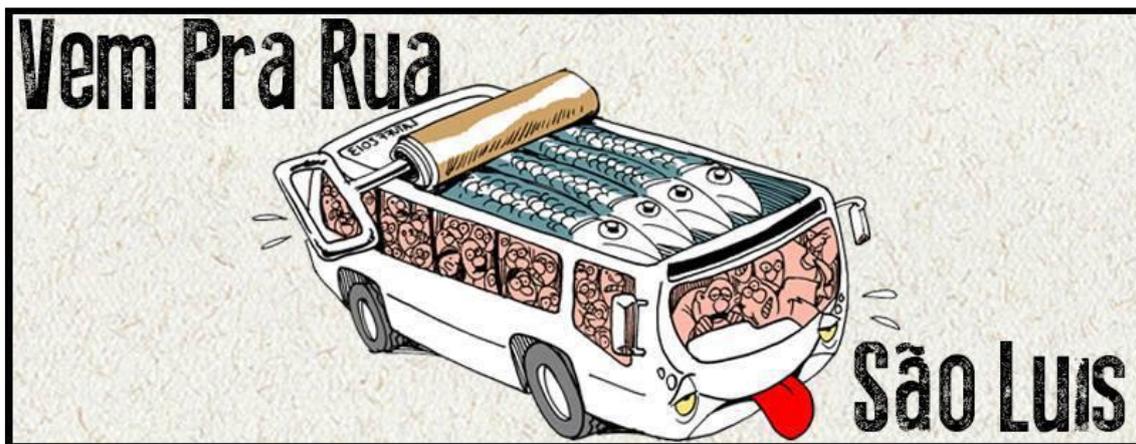


Figura 3 - Fonte: Página no Facebook do “#VEMPRARUA! São Luís” (2013).

¹⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/events/363875990401524/?active_tab=discussion>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Os idealizadores da página virtual articularam-se com os integrantes do Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFMA para organizar o ato. Acontecendo a articulação online, esse grupo marcou a primeira reunião presencial, servindo da estrutura do DCE para mobilizar e servir de centro para a divulgação do grande evento.

O DCE disponibilizou de carro de som, fez a panfletagem e no dia do ato, 19 de junho de 2013, organizou uma oficina de cartazes na Área de Vivência da UFMA, que culminou em uma passeata com aproximadamente quatrocentas pessoas até a Praça Deodoro (local de concentração do ato).

Quando os universitários chegaram à Praça Deodoro, no centro da cidade, já se aglomerava na frente da Biblioteca Benedito Leite uma grande multidão, formada de militantes, sindicalistas, estudantes secundaristas, profissionais dos mais diversos ramos e também muitos curiosos.

Destaca-se que o movimento não foi construído por um grupo ou movimento: afirmação confirmada por um dos manifestantes, ao ser questionado sobre a identidade do coletivo organizador do protesto (VIEIRA, 2016).

Enquanto os manifestantes estavam nas ruas, ouviu-se muito os gritos de: “Estou pagando, não deveria. Transporte público não é mercadoria!”; “Sarney ladrão, devolve o Maranhão!”; “Sarney, safado, liberta o meu estado!”; “Não é mole, não. A Roseana acabou o Maranhão!”; “Não adianta fugir, Sarney. O Maranhão acordou!” (BOGÉA, 2013).

Da ponte São Francisco o protesto seguiu para a Praça Dom Pedro II - onde estão localizados o Palácio dos Leões e o Palácio de La Ravardière, respectivamente, as sedes do governo estadual e municipal. Como se vê nas imagens abaixo, o Palácio de La Ravardière foi totalmente tomado pelos manifestantes que se depararam com grades de ferro em toda a sua extensão e por um número considerável de policiais, estima-se que duzentos e cinquenta policiais faziam a segurança dos dois prédios e dos seus ocupantes, tinham ainda doze viaturas, seis motocicletas e cinquenta soldados do Corpo de Bombeiros (O ESTADO DO MARANHÃO, 2013).

No movimento houve muitos vídeos e fotos. As fotos a seguir foram muito compartilhadas no período, houve também um conjunto de filmagens que resultou em um vídeo de Tarciano Brito²⁰ no Youtube (link na nota de rodapé).

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-_S6D8m41b4>. Acesso em: 10 nov. 2020.



Figura 4 - Tomada pelos manifestantes da frente da sede do governo municipal: Palácio Ravardière.
 Fonte: https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+manifesta%C3%A7%C3%A3o+vem+pra+rua+sao+luis+de+2013&espv=2&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjym5ycjfnSAhWFgZAKHQyoD5YQ_AUIBigB&biw=1187&bih=657#imgrc=1-j2FgMe_MLfIM. Kamaleao.com.



Figura 5 - Imagem da proteção das grades ao redor do Palácio e o contingente militar deslocado para fazer a proteção do patrimônio. Fonte: blog do Marcelo Vieira.

No dia seguinte, o jornal O Imparcial, destaca em sua manchete **SÃO LUÍS VAI PARA RUA ...** publica que “Cerca de 15 mil, segundo a PM, participam ontem do protesto organizado pelo #VempraRuaSãoLuís, semelhante ao de outros estados. Cobravam melhorias na saúde, educação e segurança pública e mobilidade urbana. Havia críticas a “cura gay”, PEC37 e à corrupção” (O IMPARCIAL, 19/06/13).

Já o Estado do Maranhão destaca que: A manifestação que contou com dez mil manifestantes, de acordo com a Polícia Militar (PM) e quinze mil nos cálculos dos organizadores (O ESTADO DO MARANHÃO, 19/06/13).

Na matéria do O Imparcial, ainda destaca o caráter do movimento de não violência e apartidário. Circula ainda que a passeata saiu da Praça Deodoro e foi até a frente da prefeitura e do Palácio dos Leões. **E uma minoria faz baderna** (Grifo deles).

Quase ao final do protesto, alguns manifestantes provocaram os policiais, romperam as cercas de contestação, pincharam as paredes dos palácios do Leões e de La Ravardiére e quebraram vidraças dos prédios oficiais e de um banco privado. Três pessoas foram presas (O IMPARCIAL, 19/06/13).

Ainda durante a concentração, membros do Partido Socialista dos Trabalhadores (PSTU) e alguns manifestantes tiveram divergências por causa das bandeiras dos militantes políticos. Uma bandeira do partido foi queimada. Houve um princípio de confusão, mas os próprios manifestantes controlaram a situação. Os filiados ao partido só foram inseridos no movimento após abdicarem do direito de portar e mostrar camisas e bandeiras do PSTU.

No primeiro grande protesto, quando um conhecido militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) foi empurrado e teve a bandeira do partido confiscada e queimada por outros manifestantes (VIEIRA, 2016).

Na edição do Estado do Maranhão do dia 20.06.2013, o representante do PSTU observou:

Os “apartidários” dizem que estão na luta pela democracia, negada pelos poderes que aí estão. No entanto, eles não me respondem em que espaço democrático foi decidido que os partidos não deveriam participar. Dizem que são a favor da liberdade de expressão, mas não explicam por que eu, pelo fato de escolher uma visão de mundo, e sintetizar essa ideia de mundo em quatro letras [PSTU], NÃO posso sair as ruas com ela.

Pode-se atestar o episódio no canal do Victor Lima no Youtube, o vídeo se chama “Confusão “PSTU” no protesto Vem pra Rua em São Luís!”²¹.

Em matéria do dia 22.06.2013, O Imparcial, o militante estudantil e um dos organizadores do “Vem pra Rua” em São Luís, Giovanni Castro disse que a manifestação teve um caráter supra- partidário e não apartidário como tem divulgado a mídia televisiva brasileira: O que aconteceu foi a influência da mídia brasileira que muitos acabam reproduzindo aqui no Maranhão. Os partidos políticos de esquerda, os sindicatos sempre participavam das atividades”.

²¹ Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=RK077zUxqg4&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1cwR89bRwTjtt4jV69rFaUMAsjHZHwrLfb07ztllyt5j8mDIdBAOTaNL0>>. Acesso em: 10 nov.2020.

Segundo Vieira (2016) o discurso do apartidarismo serviu em São Luís para ocultar esses interesses e para mascarar os embates político-partidários, antecipando o enfrentamento para o cargo de governador nas eleições de 2014.

Discute ainda que esse embate se evidenciava porque ora as manifestações eram direcionadas por grupos que queriam atingir a prefeitura de São Luís – o prefeito era aliado político do provável candidato ao governo Flávio Dino – ora outros grupos miravam no governo estadual – que também lançaria candidato ao pleito majoritário do ano seguinte.

O Jornal Pequeno na edição do dia 20.06.2013 confirma tal premissa:

Dois movimentos: as manifestações de rua realizadas no final da tarde de ontem expuseram dois movimentos antagônicos querendo dirigir os manifestantes. Carros de som a serviço de um dos grupos gritava palavra de ordem pela mobilidade urbana e direcionava os ataques ao prefeito, enquanto o outro gritava palavras de ordem “fora Sarney” ... (JORNAL PEQUENO, 20/06/2013).

O tom apartidário, juntamente com a pauta e os interesses apresentados nas ruas como “de todos” possibilitou que a agenda conservadora fosse introduzida no contexto e se fortalecesse posteriormente, com a devida instrumentalização da pauta “anticorrupção” e da mídia. Também como fator de limitação, aponta-se o fosso entre a lógica coletiva das manifestações e das instituições, enquadradas na lógica representativa periódica (de quatro em quatro anos) (VIERA, 2016).

4.2.1. Confronto com a Polícia Militar

O Palácio dos Leões estava totalmente cercado por grades de ferro e por um considerável efetivo policial de duzentos e cinquenta policiais, doze viaturas, seis motocicletas e cinquenta bombeiros (O ESTADO DO MARANHÃO, 2013).

Estavam presentes 30 policiais, mas não foram suficientes para conter a multidão, que quebrou alguns vidros do edifício, assim como picharam o prédio da Prefeitura de São Luís (O IMPARCIAL, 20/06/2013)

A tropa de choque e o apoio da Cavalaria armados com cassetetes, spray de pimenta e armas de gás lacrimogêneo. Os militares confrontaram os participantes do movimento (O IMPARCIAL, 20/06/2013)

As sedes dos executivos foram pinchadas, 09 pessoas foram abordadas, contidas, detidas ou presas e pessoas feridas (O IMPARCIAL, 20/06/2013).

O mesmo jornal destacou ainda a cerca da prisão de alguns manifestantes:

A manifestação terminou com três pessoas presas em flagrante por dano ao patrimônio público. A prisão ocorreu porque os jovens teriam quebrado uma janela no Palácio dos Leões, durante uma tentativa de invasão da sede do governo estadual. Ainda no protesto, mais duas pessoas foram contidas por policiais, mas liberadas em seguida sem haver registro. No total, nove manifestantes foram abordados por policiais durante o protesto. (O IMPARCIAL, 20/06/2013).

4.3. Movimento “Acorda Maranhão”

Considerado o maior ato da cidade de São Luís, aconteceu dia 22 de junho, o movimento se organizava a partir de sua página no *Facebook*²². No dia do movimento constava que 36.000 seguidores tinham a intenção de comparecer ao evento.

Na descrição do movimento deixa claro que era do tipo social e apartidário, contínuo e gradativo que acredita na reconstrução sociocultural da sociedade no sentido de fomento a participação política e crítica. Muito desse movimento é apresentado em vídeo no canal do Manlio Macchiavelo²³ disponível no *Youtube*.

Na página do evento, vislumbra-se a seguinte imagem:



Figura 5 - Fonte: Página do evento no Facebook do “Acorda Maranhão”

²² Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/AcordaMaranhao>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZbnStaFxAIs&feature=youtu.be&fbclid=IwAR0VIBrSfrh3fr9LGNKs1EF18YY4IQcVH5P1z8clAe-VfWv01M0xMX18634>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Na página o movimento é descrito:

Acreditamos no conceito de cidadão participativo e indivíduo atuante em todos os segmentos de nossa sociedade, e fundamentamos que a educação e iniciativas educacionais são a solução para a mudança estrutural no atual momento da história que vivemos!

Não temos fins lucrativos e nos autofinanciamos através de trabalhos voluntários por pessoas dispostas em participar para a construção do movimento nas ruas.

Vejam um pouco do nosso trabalho voluntário onde alguns de nossos organizadores vendem água na praia/sinal para arrecadar recursos para os eventos (ação social, protestos, palestras, ações solidárias, etc.) ao qual desenvolvemos.

Assim posto, desejamos que a participação da transformação do espaço comum em que vivemos, aconteça por todos nós, que convivemos um mesmo país, um mesmo mundo e um mesmo sonho.

No dia da manifestação o Movimento deixou claro em suas redes sociais suas ambições:

Queridos participantes, nós do Grupo Acorda Maranhão, SOMOS APARTIDÁRIOS, não temos vínculo com qualquer partido, entidade, etc. Começamos há 3 anos atrás, com o Primavera Maranhense, participando da Greve dos Militares, na frente da Assembleia Legislativa. Não estávamos “apoiando-os”, mas sim, garantindo nosso direito de ir e vir, esperávamos pela decisão da Governadora Roseana Sarney, para que assim, desse fim à greve. Fomos em busca de melhorias na Segurança Pública. Fizemos também, alguns atos do Dia do Basta, que é um evento Internacional. Fizemos o #FORARENAN. Não fazemos as coisas sem pensar nas estratégias, entramos em consenso. Buscamos a disponibilidade dos participantes. Mandamos ofícios às autoridades, fazemos tudo dentro da lei, assim como, ESTAREMOS EXIGINDO NOSSOS DIREITOS, DEVEMOS CUMPRIR NOSSOS DEVERES. Peço desculpas a todos, pelo transtorno e constrangimento. Peço desculpas também, aos que se sentiram ofendidos, diminuídos, etc. Queremos a ajuda e participação de todos, desde que respeitem uns aos outros. OBS: NÃO ACEITAREMOS QUALQUER ATO DE VANDALISMO. – Sem armas – Sem destruição do patrimônio.²⁴

Segundo os organizadores do evento, 17 mil pessoas foram as ruas, segundo a Polícia Militar 5 mil manifestantes (O IMPARCIAL, 22/06/2013).

A multidão teve o trajeto descrito: Praça Maria Aragão - Beira-Mar - Palácio dos Leões – Prefeitura de São Luís - Tribunal de Justiça - Praça Dom Pedro II - Rua do Egito - Ponte José Sarney - dispersão no retorno do São Francisco. A concentração ocorreu na Praça Maria Aragão, no centro de São Luís, onde geralmente ocorrem atividades culturais e ações grevistas. Houve uma grande oficina de cartazes antes de saírem em passeata, que foi primeiramente em direção ao Palácio dos Leões (sede do governo estadual) cujo acesso principal já estava bloqueado com grades de ferro e barreira policial (VIEIRA, 2016).

²⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/11262777075205/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

No dia do evento a rota teve que ser alterada por conta de uma barreira montada pela Polícia Militar antes do Tribunal de Justiça, impedindo que os manifestantes se aproximassem do Palácio dos Leões ou da prefeitura municipal (O IMPARCIAL, 22/06/2013).

Dessa forma, as manifestações foram em direção à Rua do Egito. Muitos manifestantes ficaram em frente à Igreja da Sé e em seguida se dirigiram para a ponte São Francisco. De lá o grupo se dividiu, uma parte foi para a Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA) e a outra fora para a Praça Maria Aragão (O IMPARCIAL, 22/06/2013).



Figura 6 - Ocupação da Ponte São Francisco, junho de 2013. Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+da+manifesta%C3%A7%C3%A3o+vem+pra+rua+sao+luis+de+2013&espv=2&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=0ahUKEwiMz-PL5_bSAhXKhZAKHX_PC_YQ_AUIBigB&biw=1187&bih=657#imgrc=U4k9PiRcxVGiM:blog>.

Houve agitações entre alguns manifestantes e a polícia e, após dissidências entre as diversas “alas” dos manifestantes, a passeata foi conduzida para a Ponte São Francisco. (VIEIRA, 2016).

Os manifestantes ocuparam praticamente toda a extensão da Ponte José Sarney, no bairro do São Francisco, de quase um quilômetro de comprimento (além da Praça do Palácio do Governo). Houve forte repressão policial, com bombas de efeito sendo lançadas de helicóptero pela polícia (CASTRO; ROGENS, 2014).

Essa repressão já era prevista pelo Jornal Pequeno em matéria do dia 20.06.2013, o jornal apurou que um grupo de policiais civis e militares foi destacado para atuar no dia 22 disfarçado. Segundo o periódico a Secretária Estadual de Segurança Pública (SSP - MA) já

tinha levantado uma lista de nomes e fotos da maioria dos autores dos atos e vandalismo ocorridos na manifestação (“Vem pra Rua São Luís”), e vai monitorá-los no ato de hoje.

Em seguida, a manifestação dividiu-se em duas partes: uma caminhou em direção ao prédio da TV Mirante (pertencente ao grupo Sarney) – que estava cercado por trinta policiais militares do Batalhão da Polícia de Choque, da Companhia de Operações Especiais (COE), e seguranças particulares. E a outra, caminhou rumo ao viaduto da Cohama, passando pelo prédio da Assembleia Legislativa (ALEMA).

Ao chegarem à ALEMA os manifestantes ocuparam as duas partes da avenida, um forte esquema policial foi montado no local para impedir o avanço do movimento (O IMPARCIAL, 22/06/2013)

Nessa manifestação, segundo os organizadores, essa manifestação reuniu dezessete mil pessoas e o efetivo policial contou com trezentos policiais, mais a cavalaria da Polícia Militar e dois helicópteros do Grupo Tático Aéreo (GTA), como informaram jornais do período (VIEIRA, 2016).

4.4. Movimento “São Luís Acordou”

“São Luís Acordou” foi uma manifestação com cerca de 2 mil pessoas, que saíram em passeata até a Assembleia Legislativa, onde foi reprimida pelo choque e a cavalaria da PM. Um grupo seguiu até o viaduto da Cohama, que foi interditado, sendo também alvo da repressão policial no dia 24 de junho (segunda-feira) (COSTA, 2013).

O movimento foi organizado pelas redes sociais e foi formado em sua maioria por estudantes. Muitos levavam cartazes e faixas pedindo o fim da corrupção e contra a atuação de alguns veículos da imprensa. A concentração de manifestantes em frente ao Tropical Shopping (O Imparcial, 25/06/2013).

Os manifestantes seguiam em direção ao retorno do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, onde pararam o trânsito por alguns minutos antes de se dirigirem até a Assembleia Legislativa, onde houve a concentração. Na sequência, o movimento se dividiu e cerca de 100 pessoas decidiram seguir andando até o retorno da Cohama. Os demais ficaram em frente à Assembleia.

A manifestação que era pacífica se tornou violenta. Desta vez, a polícia iniciou os confrontos com os manifestantes em frente à sede da ALEMA (O IMPARCIAL, 25/06/2013). A Cavalaria foi acionada e houve perseguição aos manifestantes.

A manifestação foi marcada pela violência policial, segundo O Imparcial, pelo menos três pessoas ficaram feridas e uma adolescente foi levada para o hospital após convulsionar. O mal estar foi causado pelo spray de pimenta que um policial jogou no rosto de uma menina.

Uma estudante desmaiou e teve que ser levada para o hospital; e o foi porque conseguiram um carro, pois a PM ignorou completamente o ocorrido (O JORNAL PEQUENO, 25/06/2013).

O jornal entrevista o manifestante Hugo Leonardo de 19 anos, que foi ferido após levar um golpe de cassetete na cabeça. Ele disse que também estava sentado no momento da agressão. “Eu disse que também estava sentado de costas para a cavalaria. Estava com mais umas 20 pessoas quando fomos surpreendidos por eles (PM). Não tinha porque levar essa paulada, pois não estava badernando e muito menos confrontando os policiais”, lamentou enquanto mostrava a cabeça quebrada e as mãos ensanguentadas.

A então Deputada Estadual Eliziane Gama em discurso na Assembleia Legislativa confirma:

Eu estava lá e vi que não houve qualquer ação dos jovens de forma truculenta ou tentando afrontar a ação da Polícia, mas de repente chega a tropa de choque da Polícia Militar [...] com bombas de gás lacrimogêneo, com balas de borracha, dispersando a multidão [...] E aí [...] do meu lado, uma jovem de aproximadamente 20 anos, mais ou menos, desmaiada por conta do spray de pimenta. O meu instinto humano, eu sobreponho como se sobrepõe o instinto humano de todos vocês que estão aqui, tenho plena convicção de que qualquer um dos parlamentares que estão aqui teriam a atitude que eu tive, de tentar socorrer uma jovem que estava desmaiada no chão. Quando tentei socorrer, vieram os policiais, [...] e ele simplesmente chegou para mim me ameaçando com voz de prisão [Grifo dela]. (VIEIRA, 2016, p. 163).

Alguns dos manifestantes que foram em direção a Cohama, interditaram o retorno da Cohama e muitos entraram no Terminal de Integração daquele bairro.

O aparato das forças de segurança naquele dia era ainda mais desproporcional. De acordo com o Relatório do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Naquele dia foram utilizados:

145 homens dando suporte às ações das Companhias de Polícia Militares (350 policiais de vários batalhões e 20 viaturas). Foram utilizados também 20 conjuntos da Cavalaria, 70 cadetes da Academia de Polícia Militar, 60 homens, 02 viaturas para combate de incêndio e salvamento, 02 ambulâncias, 01 posto de saúde dos Bombeiros, 42 policiais, 10 viaturas e 03 helicópteros do GTA, 35 policiais e 10 viaturas Polícia Civil e 40 guardas da Guarda Municipal. Além disso, nessa manifestação, foram detidas 19 pessoas e 06 pessoas ficaram feridas (04 policiais,

01 repórter da TV Guará e o Câmera Men). (Relatório do Batalhão de Choque da Polícia Militar, 2013).

Muito desse aparato pode ser visto no vídeo do canal do Manifestus de Eduardo Aguiar.²⁵ No vídeo fica claro o aparato policial e a tensão no momento da gravação. O resultado dessa tensão foi o óbvio, assim como ALEMA, no viaduto da Cohama e Terminal de Integração houve mais violência policial.

Nonnato Santos (2014) aponta que ali foram lançadas bombas de efeito moral, afetando tanto os manifestantes quanto outras pessoas que estavam no local e não tinham nenhuma relação com a manifestação, inclusive crianças.

Um dos manifestantes em entrevista acerca do episódio da violência no Terminal de Integração disserta:

Quando chegou a cavalaria eles fizeram o que foi instruído pra eles [refere-se a informações adquiridas em reunião com manifestantes onde foram passadas instruções de como proceder em caso de tumulto], que era todos eles ficarem sentados porque aquela pessoa que estivesse vandalizando ou qualquer coisa do tipo a polícia poderia identificar mais fácil assim eles fizeram quando eles sentaram o helicóptero jogou o gás então, aí eles correram e aí se dispersaram alguns correram subindo a avenida outros correram pra dentro da integração. Um dos que subiu a avenida, 164 tinha outro menino correndo junto com ele que ele não conhecia que estava na manifestação que ele não tinha contato com esse menino quando eles chegaram lá um dos policiais foram agredir [um dos rapazes] botaram cassetete no pescoço dele enforcando, enfim e aí esse menino que estava lá perto foi filmar pra ter o registro a Policia tomou o celular dele apagou e devolveu e colocaram os dois algemados, sentados no chão e depois colocaram eles em uma viatura e aí tinha um policial que entrou nessa viatura que estava machucado. Quando esse policial chegou na delegacia disse que eles teriam jogado uma pedra nele e acertado a perna dele só que eles nunca tinham visto esse policial [...] O pessoal que entrou na Integração e ai a polícia entrou na Integração e foi atrás de alguns deles aí como a Polícia estava agredindo uns meninos lá aí um funcionário foi lá dizer que não era correto que eles estavam fazendo que eles deveriam parar com isso que ali era um espaço que estava tendo atendimento de pessoas que não tinha porque fazerem isso eles agrediram o rapaz prenderam um rapaz sob a alegação de desacato e inclusive eles deram um choque em uma funcionária que era gerente e que foi intervir em relação ao funcionário dela. (VIEIRA, 2016, ps. 163-164).

Assim como confirma Nonnato Santos (2014) observando que os manifestantes que tentaram filmar a ação truculenta dos policiais foram agredidos fisicamente e conduzidos à delegacia, acusados de crimes de desacato e ameaça contra policiais. Além dos manifestantes, foram agredidos e detidos acusados dos mesmos crimes, um servidor e um usuário do Terminal de Integração que se aproximaram dos policiais clamando que parassem com as agressões dentro do terminal.

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gFtQHO_TiV4>. Acesso em: 10 nov. 2020.

O Ministério Público Estadual, através das Promotorias Especializadas no Controle Externo da Atividade Policial instaurou procedimento para apurar a responsabilidade pelas agressões policiais que ocorreram na manifestação no dia 24.06.2013 no bairro Cohama (SANTOS, 2014).

Contrariando o depoimento, o Secretário de Segurança Aluísio Mendes em entrevista para TV Mirante no dia 25 de junho de 2013 destaca:

Eu não sei exatamente que houve na área mas eu tenho um vídeo que mostra uma provocação intensa aos policiais jogaram pedras, rojões nos policiais e é lógico que a polícia que tem um momento que ela tem que reagir a isso essa agressão gratuita contra forças policiais tem que se encerrar não é esse o Brasil que nós queremos não é esse um Brasil melhor. A democracia precisa da sua polícia uma polícia preparada, organizada e que respeite o cidadão e o cidadão precisa respeitar a polícia também.

O secretário pede ainda à população que não compareça a esses eventos onde a violência tem imperado. O relato do Comandante da Tropa de Choque em procedimento de investigação da polícia militar, decorrente do seu serviço naquele dia declara:

O batalhão foi acionado para fazer a desinterdição das vias públicas e em razão da tentativa de acordo realizada pelo comandante do 8º BPM ter sido em vão houve de imediato o emprego progressivo da munição não letal (bombas de luz e som, efeito moral, pimenta, lacrimogênio); que quanto a ocorrência de confrontos com a produção de lesões corporais tem apenas a dizer apenas o conhecimento de um incidente verificado dentro do terminal de integração da chama envolvendo um funcionário da SMTT, que pode ser comprovado através dos boletins de apresentação dos manifestantes nos respectivos distritos policiais; que pode afirmar que outras prisões foram realizada. (SANTOS, 2014, ps. 39-40).

Pode-se observar claramente o caráter ideológico nas falas do secretário e do comandante, o uso da violência policial como socialmente legítimo, tratando o manifestante como um vetor da desordem, estereotipando-o como inimigo público e, portanto, este deve ser combatido segundo sua periculosidade.

Ele (inimigo) só é considerado sob o aspecto perigoso ou daninho. Por mais que a ideia seja matizada, quando se propõe estabelecer a distinção entre cidadãos (pessoas) e inimigos (não pessoas) (ZAFFARONI, 2007). Esse aspecto também é posto na coluna de José Sarney no jornal O Estado do Maranhão do dia 30 de junho, acusa os manifestantes de “não democráticos e sim totalitários e muitas vezes nostálgicos de velhas ideologias já mortas.” Destaca ainda o pior das manifestações:

O pior de tudo isto é o medo instaurado nas famílias de sair, mandar seus filhos à escola e a perturbação em suas vidas. Para o Brasil o retrocesso de sua imagem tão

boa internacionalmente, colocada por Lula em outro patamar e hoje, pela incompreensão com que estas notícias se espalham, com o perigo de perder pontos, ser rebaixado o país pelas agências de classificação, o que fará aumentar a percepção de risco e com isso a elevação dos custos de nossas dívidas, com reflexo em nossa economia. (O ESTADO DO MARANHÃO, 30/06/13).

O discurso de ordem agora se transfigura em controle e desenvolvimento. A fala denota que a política econômica e a imagem do país devem ser respeitadas, devendo assim abafar os tais “não democráticos”.

Nico Poulantzas (2000) observa que ao executar políticas econômicas que definem o domínio político das classes ou frações politicamente dominantes, o Estado estabelece as formas de divisão social do trabalho (intelectual/manual), as relações sociais e, por conseguinte, humanas.

Essa lógica é viável devido à estrutura do Estado Capitalista e, particularmente, porque a democracia brasileira é coberta pela poeira ditatorial, ou seja, o processo transitório pactuado trouxe para o período democrático a conservação da cultura do autoritarismo, legalizada pelo texto constitucional (VIEIRA, 2016).

4.5. Movimento no Itaqui-Bacanga

A manifestação que ocorreu no bairro da Vila Embratel tinha o objetivo de protestar contra a falta de segurança na área Itaqui-Bacanga, sendo registrado um número elevado de homicídios sem que a investigação policial identificasse os autores (SANTOS, 2014).

Essa manifestação do dia 24 de junho interditou os dois sentidos da Avenida dos Portugueses. Homens do Batalhão do Choque da PM tentaram liberar uma das vias da avenida, que havia sido interditada pelos moradores com balas de borracha e gás lacrimogênio (O IMPARCIAL, 25/06/13).

A manifestação começou por volta das 5h da manhã e exigia a presença de um representante da Secretaria de Segurança do Estado para tratar do índice de insegurança vivenciado pelos moradores do bairro, assim como a substituição do delegado Emanuel Bastos do comando na delegacia da Vila Embratel, sob a acusação de morosidade da investigação dos crimes praticados no bairro.

Os manifestantes e os policiais entraram em confronto quando os PMs tentaram retirar os galhos de árvore e caixotes utilizados como barricadas na avenida. Os moradores

interviram e os policiais atiraram com balas de borracha e utilizaram gás lacrimogênio para tentar disparar nos manifestantes, que revidaram jogando pedras.

Essa manifestação popular contestava diretamente a atuação da polícia no bairro, em resposta, como de costume houve muita violência. Constituindo uma operação de guerra contra o “exército de Brancaléone”, como alude Nonnato Masson (2014):

A atuação policial deliberadamente constitui-se em uma verdadeira “operação de guerra”, com um lado um “exército” treinado, disciplinado, hierarquizado, armado e com ânimo de impor-se pela força, e do outro lado um “exército de Brancaléone” desprovido de qualquer tática beligerante, horizontal, desarmado e com ânimo de manifestar-se para que houvesse algum canal de negociação em busca de garantir direitos.

Para fugir das balas de borracha e gás lacrimogênio utilizados pelos policiais, os manifestantes esconderam-se na área da Unidade Mista do Bacanga, em uma escola e posto de gasolina. Depois de uma correria a polícia conseguiu desobstruir as duas vias da Avenida dos Portugueses (O IMPARCIAL, 25/06/13).

A operação resultou em:

Em nove pessoas foram detidas e encaminhadas para a Delegacia, em uma delas um jovem que sofre de transtornos mentais foi espancado e teve a boca quebrada, o que aumentou ainda mais a revolta dos manifestantes (...) Na oportunidade três deles pagaram fiança que foi arbitrada pelo Delegado em R\$ 3.390,00 (equivalente ao valor correspondente a cinco salários mínimos), e os outros cinco manifestantes que não puderam pagar foram encaminhados para o Centro de Triagem no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. (SANTOS, 2014, ps. 45-46).

Valor absurdamente irrazoável, tendo em vista as condições financeiras dos manifestantes, esse ônus injusto não passa de um constrangimento ilegal e desrespeito à dignidade da pessoa humana e à livre manifestação.

A sentença saiu no dia 27 de junho de 2013, onde o juiz homologou o auto da prisão em flagrante, entendendo não haver no ato qualquer ilegalidade, ratificou a liberdade concedida pelo delegado de polícia aos que foram libertados mediante fiança e em relação aos outros revogou a prisão desonerando-os do pagamento de fiança estabelecendo condições para que permanecessem em liberdade (SANTOS, 2014).

Na manifestação foi exposto um caso de abuso policial formalmente registrado (o único durante todo o período das manifestações). Tratava-se de “uma denúncia contida no Ofício nº 023/2013 – Defensoria Pública – em que policiais militares do grupamento choque da Polícia Militar do Maranhão poderiam ter praticados crime de abuso de autoridade, quando

da intervenção na manifestação na área Itaqui Bacanga” (SICRIF, 2013). É intrigante o fato da identificação dos policiais não aparecer no protocolo, nem na sentença, conduta pouco usual nesse tipo de documento (VIEIRA, 2016).

Na sentença demonstra:

O registro criminal denota insuficiência de elementos mínimos de prova quanto a comprovação da autoria, para propositura da ação penal contra os investigados [...] diante do exposto e ACOLHENDO o Parecer Ministerial por suas próprias razões e fundamentos, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos investigados, determinando o ARQUIVAMENTO do presente Registro Criminal. (SICRIF, 2013).

No dia seguinte, 25 de junho, estudantes e moradores da área Itaqui-Bacanga voltaram a protestar, bloqueando a Avenida dos Portugueses, nos dois sentidos, em frente a Unidade Mista. Galhos de árvores e pneus foram incendiados para interditar a via.

Os primeiros a interditar a Portugueses foram os estudantes, logo às 6h45. Eles disseram que na escola, que é de rede estadual, a estrutura física está comprometida e faltam professores, merenda escolar, material didático atualizado, entre outras carências (O IMPARCIAL, 26/06/13).

Houve também outro bloqueio na Avenida do Contorno, no Jambuí, e nas entradas principais do Gapara e da Vila Isabel. Os moradores entraram no protesto – pedindo melhoria à saúde, educação, infraestrutura. Logo após, os alunos do Centro de Ensino Especial Fundamental e Médio Professora Dayse Galvão de Sousa, localizado na Vila Embratel, fecharam a avenida (O ESTADO DO MARANHÃO, 26/06/13).

Durante os protestos dos alunos, o condutor de um veículo Prisma, verde escuro, tentou furar o bloqueio, mas foi impelido pelos estudantes. Por conta da ação dos jovens, o homem desceu do veículo bastante nervoso e teria agredido um dos jovens. Eles quebraram o para-brisa traseiro do carro com paus e pedras (O IMPARCIAL, 26/06/13).

Os estudantes interromperam a manifestação, mas os moradores optaram por dar continuidade ao movimento de segunda, quando houve o bloqueio e confronto com a polícia (O ESTADO DO MARANHÃO, 26/06/13).

5 CONCLUSÃO

Com os eventos ocorridos em junho de 2013, vê-se que a sociedade aumentou a percepção de que sua mobilização pode trazer resultados benéficos, mostrou que o ser humano tem uma incrível capacidade de articular e envolver os outros. De utilizar as redes sociais como ferramenta relevante de protesto, como se viu durante todos os processos reivindicatórios no Brasil e no Maranhão. Protestos esses que foram marcados pela utilização do *Facebook*, levando milhares de pessoas às ruas com o propósito de exigir mudanças, e fazendo com que os manifestos acontecessem de maneira simultânea em diferentes cidades da nação.

Gritos como: “Vem pra rua”, “Vem pra Rua São Luís”, “Acorda Maranhão”, o “Gigante Acordou”, ou ainda, “Não é por 20 centavos”, fizeram-se ouvir por ruas apinhadas de uma multidão cansada de tanto descaso, roubalheira e serviços públicos de péssima qualidade. Gritos que estavam sufocados e que naquela “primavera” haviam atingidos o ápice da insatisfação e do descontentamento de parte da população.

Observou-se ainda que a Polícia Militar ainda tem um longo percurso para se tornar uma “polícia cidadã”, pois o papel autoritário se fez presente. O braço armado do Estado cometeu inúmeros abusos, entretanto como visto, houve apenas um caso de abuso policial formalmente registrado que por sua vez ainda foi arquivada. Isso demonstra todo um ordenamento construído para o desenvolvimento de uma guerra. Guerra contra os vulneráveis sociais, aqueles inimigos, estrangeiros e marginais, tornando esses “inimigos” como a maioria e a minoria são os chamados “cidadãos de bem”.

As jornadas de junho demonstraram essas feridas abertas da ausência de transição democrática. Muitos grupos protegidos por esse aparato, como a classe média que sentiu por um breve momento e de forma diminuta o sofrimento que as classes populares sentem todos os dias. Em uma entrevista ao poeta Sérgio Vaz para o documentário “Junho, o mês que abalou o Brasil” de João Wainer, o poeta deixa claro o descompasso das classes nas manifestações:

Um das coisas que eu não gostei, foi a frase “o Brasil acordou”, eu faço parte de um Brasil que nunca dormiu e tem mais um porém, as balas não são de borracha, porque eu acho que muita mãe quando viu aquele negócio de bala de borracha no Centro, deve ter falado “porra, poderia ter aqui também, meu filho estaria vivo se tivesse bala de borracha”.

Como dito, “A periferia nunca dormiu”, nem todos estavam deitados em berço esplêndido. Mas com certeza houve um fortalecimento de várias bandeiras, a adesão de várias classes sociais e diversos interesses.

Ao longo deste trabalho, pode-se conhecer um pouco mais a respeito do movimento que tomou conta do Brasil: suas causas e consequências, características e conjunturas, nacional e local.

No que se refere ao Maranhão, Castro e Rogens (2014) deixam claro:

No Maranhão, como no restante do país, com a efervescência dos movimentos populares a partir de 2013, fica evidente que aquele junho não acabou e seus ecos continuam não apenas a ressoar, mas a gerar consequências. O resultado das eleições no estado pode inclusive ser contado entre essas consequências: um dos candidatos da oposição ao grupo Sarney, com todas as controvérsias que puderam ser verificadas em sua campanha, “lucrou” com o grito das ruas exigindo o fim da oligarquia Sarney, e elegeu-se com mais de 63% dos votos válidos. (CASTRO; ROGENS, 2014, p. 181).

O maior ganho para a população foi justamente o reencontro com às ruas como espaço de reivindicações de cunho popular. (Castro e Rogens, 2014). A marca registrada como bem citado por Costa (2013) a “cor local” era “predominantemente antioligárquica”, Castro e Rogens (2014) pontuam que os protestos também foram marcados pelos menos favorecidos, que não hesitam em “botar seu bloco na rua” como forma de lutar por direitos: quilombolas, comunidades da periferia ameaçadas de despejos forçados, usuários de transporte coletivo.

Após estas manifestações se tem a certeza que as redes sociais e o seu entorno, são uma ferramenta de mobilização, as últimas possuem uma enorme relevância para a condução do país na formulação até mesmo das políticas públicas. As redes sociais serviram de instrumento, que os organizadores souberam conduzir para levar os movimentos para o rumo que desejavam: atingir o maior número possível de manifestantes, das mais variadas classes sociais, idade, gênero ou nível de escolaridade.

O que fica para a sociedade brasileira, como aprendizado deste período, primeiro é mostrar a força que as redes sociais possuem na informação, na mobilização e no envolvimento dos seus usuários para causas consideradas nobres e serviram para mostrar ao povo que quando se quer protestar, uma pequena faísca pode gerar um grande incêndio. Vieira (2016) afirma que o processo disparado em junho de 2013 não teve volta, assim como nenhum processo histórico e social. Nesse sentido, os efeitos deste rico processo político de

aprendizado de democracia e luta na sociedade brasileira ainda é contínua, a luta continuará enquanto houver o ímpeto de mudança.

REFERÊNCIAS

ALMÉRIO Vieira de Carvalho Júnior apud CANCIO MELIÁ, Manuel, in JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo - noções críticas**. p. 35.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos**: sobre a ética pós-moderna. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **Tempos líquidos**. São Paulo: Zahar, 2007, p. 16.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BITTAR, Eduardo CB. **O direito na pós-modernidade**. Sequência: estudos jurídicos e políticos, v. 29, n. 57, p. 131-152, 2008.

BOCK, Ana Maria Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T.; **Psicologias**. 8. ed. São Paulo: Saraiva: 1995.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Dois poemas brasileiros em tempos de estado de exceção**. Visionilatinoamericaine. 2018.

CANCIO MELIÁ, Manuel, in JAKOBS, Günther; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito penal do inimigo - noções críticas**. p. 33-34

CARVALHO JÚNIOR, Almério Vieira de. **O Direito Penal do Inimigo**. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XV, n. 97, fev. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11101&revista_caderno=3>. Acesso em: 10 out. 2020.

CAMACHO, Daniel. **Movimentos sociais**: algumas discussões conceituais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, Salo. Protestos, política e cultura. In: **A toga**: jornal dos estudantes da faculdade de direito da UFRGS. N. 1. Ano LXVI. 2013.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Cláudio; ROGENS, Bruno. **Jornadas de junho no Maranhão**: as ruas e as redes como espaço de reivindicação. In: MORAES, Alana; GUTIÉRREZ, Bernardo et al. Junho: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.p.178- 199.

DIP, Ricardo. **Segurança jurídica e crise do mundo pós-moderno**. 3. ed. Livraria Resistência cultural editora, 2019.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social pós-moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

FERNANDES, Edson; ROSENO, Ricardo de Freitas. **Protesta Brasil: das redes sociais às manifestações nas ruas**. São Paulo: Prata, 2013.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia jurídica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana C. Ragazzoni. **Psicologia jurídica**. 11. ed. São Paulo: Atlas: 2009.

FRANCO, Maria Helena P. **Atendimento psicológico para emergências em aviação: a teoria revista na prática**. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/261/26110203.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020

FREUD, S. (1920). **A perda da realidade na neurose e na psicose**. 1924. Vol. XIX. Disponível em: <<http://lacan.orgfree.com/freud/textosf/perdarealidadeneurosepsicose.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOMES, Ciro. **Treinando pra rinha de rua**. Agência Pública. Disponível em: <<http://publica.org/treinados- pra- rinha-de -rua>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Publicado pela Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IASI, Mauro. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Boitempo Carta Maior, 2013. ps.41- 46.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura do mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MACEDO, Lorena Neves. **O constitucionalismo contemporâneo ante a virada hermenêutico-linguística: aplicações ao direito processual civil**. Natal, 2014. ps.244.

MAFFESOLI, Michel. **O tripé pós-moderno é criação, razão sensível e progressividade**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/michel-maffesoli-tripe-pos-moderno-criacao-razao-sensivel-progressividade-14496249>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MARÇAIOLI, Paulo Henrique. “**Jornadas de junho – a revolta popular em debate**”. Disponível em: <<http://esperandopaulo.blogspot.com.br/2015/08/jornadas-de-junho-revolta-popular-em.html>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Ermínia Maricato... [et al.]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia/Brasília**. Fundação Astrogildo Pereira (FAP). Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

NUNES, Maria Lúcia Tiellet. ALBORNOZ, Ana Celina Garcia. **A dor e a constituição psíquica**. Psico - USF, v. 9, n. 2, p. 211-218, Jul./Dez. 2004 Psico - USF, v. 9, n. 2, p. 117-134, Jul./Dez. 2004.

PIMENTA, Francisco José Paoliello. **Ambientes multicódigos, efetividade comunicacional e pensamento mutante**. 2016.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

REDAÇÃO, Pragmatismo Político. **Depoimento de ex-policia! revela a realidade perversa da PM no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/depoimento-de-ex-policia-revela-a-realidade-perversa-da-pm-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 out. 2020.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o *facebook* e o *twitter* foram às ruas. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Ermínia Maricato... [et al.]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. Coleção primeiros passos, 22. reimpr. da 1. ed. de 1986. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 186.

SANTOS, Nonnato Masson Mendes dos. **Polícia e manifestações nas sociedades democráticas: análise da atuação da polícia nas jornadas de junho em São Luís/MA**. 2014.

SAUER, Sérgio. **Processos recentes de criminalização dos movimentos sociais populares**. Brasília, 2008.

SCHUTZ, Hebert Mendes de Araújo. O Direito Penal subterrâneo e a Comissão da Verdade do Congresso Nacional. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 91, ago. 2011. Disponível em:<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10128>. Acesso em: 10 out. 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. **A democracia depende do que faremos com as polícias**. Disponível em:<<http://www.luizeduardosores.com/?=1249>>. Acesso em: 12out. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. Coleção Pensamento Criminológico. vol. 14. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ZIZEK, Slavoj. **Problemas no Paraíso: artigo de Slavoj Žižek sobre as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. Disponível em:

<<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraiso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ANEXO

Outras Manifestações através dos jornais O Imparcial e O Estado do Maranhão:

MARACANÃ E PERIZ DE CIMA: 25.06.2013 (Informação do Imparcial 26.06.2013)

Também no início da manhã (5h), moradores do Maracanã fecharam a BR-135 nos dois sentidos, na altura do Terminal de Integração. Dessa vez, troncos de árvores e pneus foram incendiados para bloquear a pista. Saúde, educação e segurança eram as reivindicações.

ROTATÓRIA DO ANEL VIÁRIO: 25.06.2013 (Informação do Estado do Maranhão 26.06.2013)

No centro de São Luís, um protesto de aproximadamente 100 estudantes da UFMA também causou transtornos aos motoristas. Eles bloquearam por quatro horas (8h - 12h) a rotatória do Anel Viário, pedindo melhorias no transporte público e implantação do bilhete único.

ÍNDIOS DA FUNASA: 25.06.2013 (Informação do Imparcial 26.06.2013)

Também na manhã de ontem mais uma sede de órgão público federal foi invadida. Da mesma forma que trabalhadores rurais, que desde o dia 18 passado ocuparam a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no Anil, ontem foi a vez de mais de 100 índios invadirem a sede da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), na Jorda.

ACORDA COHAB: 25.06.2013 (Informação do Estado do Maranhão 26.06.2013)

Cerca de 1500 pessoas participaram ontem de uma manifestação intitulada “Acorda Cohab” formada por moradores do bairro, que teve como principal reivindicação a melhoria do transporte coletivo e na oferta de serviços públicos. O movimento iniciado de forma pacífica, mudou de perfil quando um grupo decidiu romper as conversas com os militares. Houve confronto e seis pessoas foram detidas.

O protesto foi iniciado na Praça da Igreja da Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, seguiu até o retorno da Cohab e retornou até a Forquilha. Aproximadamente 40 policiais militares, 20 bombeiros e 20 agentes de trânsito acompanharam o protesto.

EM ROSÁRIO: 25.06.2013 (Informação do Imparcial 26.06.2013)

A onda de protesto continua no interior do estado. Nas cidades de Rosário, Tutóia e Imperatriz, ocorreram manifestações para reivindicar melhorias nos serviços públicos oferecidos pelo município através do Estado e ainda pedir pelo fim da corrupção.

Em Rosário, o ato aconteceu ontem à tarde com concentração na Praça Benedito Leite, no centro da cidade. Com faixas e cartazes, centenas de manifestantes expuseram as suas insatisfações com os serviços públicos oferecidos. Esta foi a segunda vez que o ato público foi realizado na cidade. A primeira edição do manifesto aconteceu domingo, dia 23.

EM TUTÓIA: 25.06.2013 (Informação do Imparcial 26.06.2013)

Já na cidade de Tutóia, os moradores do município realizaram durante a manhã de ontem o manifesto “Acorda Tutóia”. A concentração para o ato aconteceu na Praça São Judas, no bairro do Monte Castelo, de onde centenas de participantes do manifesto percorrendo algumas das principais ruas e avenidas da cidade.

A pauta de reivindicação dos manifestantes continha uma série de itens, entre os quais se destacavam a revitalização dos sistemas de abastecimento de água e esgoto da cidade, a criação de políticas públicas voltadas para infraestrutura e educação do trânsito; a aprovação e sanção do plano de cargos e salários dos professores da rede municipal e a melhoria na qualidade e nas condições de ensino; e a revitalização do sistema de cultura local.

EM IMPERATRIZ: 26.06.2013 (Informação do Imparcial 27.06.2013)

Pela terceira vez, em um período de cinco dias, manifestantes foram às ruas de Imperatriz ontem à tarde para cobrar melhorias no transporte público, saúde, segurança, educação. Não houve registro de atos de vandalismo.

A praça de Fátima, no Centro, foi mais uma vez local de início do ato público. Cerca de 500 pessoas, segundo a PM, participaram do ato com faixas, cartazes e carros de som. O procurador do Estado, Fábio Souza, que integrava a passeata, disse que o movimento é muito importante porque leva o povo brasileiro a protestar contra a corrupção.

NA BR-135 No km 4: 27.06.2013 (Informação do Imparcial 27.06.2013)

No KM 4 e 15 da BR-135, um grupo de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA) e moradores da comunidade Mangue Seco, do bairro Pedrinhas, impediram a passagem de veículos nos dois sentidos da rodovia.

O protesto realizado pela comunidade Mangue Seco foi iniciado por volta das 7h, no trecho do KM 115,5. Com galhos e pneus, os manifestantes fecharam as duas pistas da BR-135. Com fluxo intenso de caminhões ônibus de empresas e outros veículos, um grande engarrafamento se formou na via.

NO MARACANÃ: 27.06.2013 (Informação do Imparcial 28.06.2013)

Estudantes do IFMA do campus Maracanã também protestaram na BR-135 em caminhada do KM 4 – 0, na pista que dá acesso à cidade. O protesto começou às 7h30, em frente ao campus na Avenida dos Curiós, Vila Esperança, e seguiu para a rodovia, liberado pelo Grêmio Estudantil do IFMA.

De acordo com a organização do movimento, entre as pautas das reivindicações estavam a melhoria na oferta de transporte público de São Luís, revitalização dos terminais de integração da cidade, além de passe livre para estudantes, melhorias na assistência estudantil e reforma agrária.

NA RAPOSA:27.06.2013 (Informação do Estado do Maranhão 28.06.13)

Moradores do município de Raposa interditaram na manhã de ontem a MA-203, entrada que dá acesso à capital, para reivindicar melhores condições de infraestrutura e mais investimentos na saúde e educação. O protesto dos populares terminou no fim da tarde, quando o prefeito Clodomir de Oliveira dos Santos se reuniu com os manifestantes e prometeu atender as suas reivindicações nos próximos dias.

O manifesto dos moradores começou no início da manhã, por volta das 5h, próximo à entrada do bairro Vila Boa Esperança. Os moradores fizeram barricadas com galhos de árvores, pedaços de madeira e outros objetos e atearam fogo, impedindo o fluxo de veículos pela via. A fumaça resultante formou-se na área, comprometendo a visibilidade.

EM BACABEIRA: 27.06.2013 (Informação do Imparcial 28.06.13)

Moradores do povoado de Periz de Baixo, no município de Bacabeira, interditaram na manhã de ontem o KM-44 da BR-135 para reivindicar a construção de quebra-molas ao longo da rodovia federal e a colocação de sinalização horizontal e vertical na pista para diminuir o índice de acidentes que são registrados no local.

Os manifestantes atearam fogo em pneus, pedaços de madeira e outros objetos, bloqueando a passagem de veículos. Como consequência, um longo congestionamento formou-se ao longo da rodovia.

NA UFMA: (Informação do Estado do Maranhão 28.06.13)

O diretório Central de estudantes da UFMA junto com o comitê de Mobilização Popular e outras organizações estavam à frente da manifestação em São Luís que aconteceu por conta do Dia Nacional de Lutas e Paralisações. Entre as pautas de reivindicações estavam o transporte no Campus, revitalização dos terminais da integração, passe livre para estudantes, melhorias na assistência estudantil, duplicação da barragem do Bacanga. A concentração do ato foi feita a partir das 16h, e reuniu cerca de 50 pessoas em frente à UFMA, na Avenida dos Portugueses.

RECANTO VERDE E VILA ITAMAR: 28.06.13 (Informação do O Imparcial 28.06.13)

Na última sexta-feira de junho, moradores do bairro Recanto Verde e Vila Itamar realizaram uma manifestação do protesto, interditando os dois sentidos da BR-135.

O Imparcial esteve no local, entre os quilômetros (KM) 1 e 2 da rodovia federal, para verificar a mobilização iniciada às 5h, além das reivindicações dos manifestantes.

De longe se avistava a fumaça escura formada pela queima de pneus e troncos de árvores que impediam a passagem de veículos. Apenas ambulâncias e viaturas policiais tinham permissão de passar pelo bloqueio. Nos dois sentidos da BR-135, as filas de veículos – ônibus de transporte coletivo e de viagem – formavam extensos congestionamentos, que se estendiam por muitos quilômetros.

De acordo com a assessoria da PRF, a reunião entre os representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SEMOSP), da Polícia Militar e das

comunidades Recanto Verde e Vila Itamar terminaram por volta das 14h e definiu algumas providências que colocaram fim à manifestação.

A principal providência acordada entre os órgãos e as comunidades, é uma reunião marcada para a próxima segunda (1º), às 16h, entre representantes das comunidades, da Secretaria Municipal de Transportes (SMTT), da SEMOSP, da Polícia Militar e das comunidades Recanto Verde e Vila Itamar. Terminou por volta das 14h e definiu algumas providências que colocaram fim à manifestação.

BEIJAÇO DA PRAIA GRANDE: 28.06.2013 (Informação do Imparcial 29.06.2013)

Na manifestação “Beijaço”, organizado pelo grupo ‘Marcha das Vadias’, que tinha o objetivo de repudiar o ato de violência policial às manifestações que estão ocorrendo no país, assim como um ato de protesto contra a homofobia, pois, ontem foi comemorado o Dia Internacional do Orgulho Gay, ocupou a escadaria da Praça Nauro Machado, na Praia Grande.

FORQUILHA: 28.06.2013 (Informação do O Estado do Maranhão 29.06.2013)

No período da tarde de ontem, cerca de 150 pessoas realizaram um ato de repúdio na rotatória da Forquilha, que foi organizado pelo grupo “Coletivo tudo que é sólido se desmancha no ar”, e um dos objetivos era justamente a construção do viaduto na área e melhorias na educação, saúde e segurança.

Com faixas, cartazes e palavras de ordem, eles pediam por melhorias na Grande Ilha, principalmente, naquele bairro.

MÉDICOS PROTESTAM: 03.07.2013 (Informação do O Imparcial 30.06.2013)

Movimento conduzido pelo Conselho Regional de Medicina do Maranhão (CRM MA) reuniu ontem cerca de 400 pessoas, que se manifestaram contra a decisão do Governo Federal de importar médicos do exterior.

Cerca de 400 médicos paralisaram suas atividades ontem para protestar contra a decisão do Governo Federal de importar profissionais da saúde estrangeiros sem revalidação do diploma. O ato teve início com uma passeata que saiu da frente da Biblioteca Benedito

Leite, na Praça Deodoro/Centro, e seguiu até a Praça Pedro II. Mesmo com o protesto, algumas unidades de saúde não tiveram prejuízo no atendimento a pacientes.

A paralisação, que a princípio seguiria pela Rua do Sol a partir da Praça Deodoro até a Praça João Lisboa, teve o trajeto alterado para a Avenida Beira-Mar e depois a Praça Pedro II, onde estão as sedes dos governos estadual e municipal. A mudança na rota causou um grande congestionamento no trânsito, pois os manifestantes ocuparam as duas vias da Ponte José Sarney – que liga o São Francisco ao Centro.

ACORDA MARANHÃO ATO 2: 05.07.2013 (Informação do Imparcial 06.07.2013)

As ruas de São Luís foram tomadas por cerca de 100 manifestantes do movimento “Acorda Maranhão Ato 2” que tiveram como ponto de concentração a rotatória da Cohama. Os ativistas se reuniram para reivindicar melhorias na saúde, educação e segurança pública.

O movimento foi organizado pelas redes sociais e foi formado em sua maioria por estudantes. No início da concentração, os ativistas ocuparam as calçadas do retorno antes de seguirem, em passeata, com auxílio de carro de som, até proximidades da Assembleia Legislativa.